



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ  
CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA  
LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA**



**REINALDO MELO DA SILVA**

**FILOSOFIA CONCRETA:  
É esse o modo mais seguro de filosofar?**

**PARNAÍBA-PIAUÍ  
2018**

**REINALDO MELO DA SILVA**

**FILOSOFIA CONCRETA:  
É esse o modo mais seguro de filosofar?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia, sob orientação da Profª Draª Solange Aparecida de Campos Costa.

**PARNAIBA-PIAUI  
2018**

S586f Silva, Reinaldo Melo da  
Filosofia concreta: é esse o modo mais seguro de  
filosofar? / Reinaldo Melo da Silva. – 2018.  
60 f .

Monografia (graduação) – Universidade Estadual do  
Piauí – UESPI, Licenciatura em Filosofia, 2018.  
“Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Solange Aparecida de C. Costa.”

1. Filosofia Concreta. 2. Filosofar Concreto. 3. Filósofo.  
I. Título.

CDD: 100

**REINALDO MELO DA SILVA**

**FILOSOFIA CONCRETA:  
É esse o modo mais seguro de filosofar?**

Trabalho de conclusão de curso à Universidade Estadual do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em filosofia sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Solange Aparecida de Campos Costa.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Solange Aparecida de Campos Costa – Orientadora  
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

---

Prof. Me. Carlos Henrique Carvalho Silva  
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

---

Prof. Dr. Wandilson Silva de Miranda  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu Senhor Jesus Cristo, o Verbo divino, a própria Verdade encarnada, pela maravilhosa aventura filosófica percorrida durante toda a produção deste trabalho. Creio que, sem Ele, nada do que foi feito poderia ter sido. Ele foi e é a condição de possibilidade última de todas as coisas, inclusive deste trabalho e deste que agradece.

A meu pai, Vagno Aguiar da Silva e a Lídia Melo da Silva, minha mãe. Sem eles fica difícil imaginar como isto seria realizado tal como aqui está. Creio que o espírito resoluto e ordenador presente neste trabalho em boa parte se deve a eles.

A Solange Aparecida de Campos Costa, minha orientadora, que foi conselheira e paciente com este que julgo ser o seu mais petulante orientando.

A Mariana Vale dos Santos, minha amiga, que me acompanhou em suas orações e partilhou comigo das aflições de uma graduação. E, por fim, a Bruno José do Nascimento, meu amigo, que sempre me auxiliou em trabalhos acadêmicos cujas as normas eu não tinha a mínima ideia.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar o modo mais seguro de filosofar a partir da perspectiva da *filosofia concreta* de Mário Ferreira dos Santos. Para isto foi feito um breve esboço sobre quem foi este filósofo, com a finalidade de dar o referencial real do qual nos veio essa *filosofia*. Em seguida, foi colocado o problema sobre o modo mais seguro de filosofar no qual adentramos na sua justificativa e em problemáticas da Filosofia como Ciência. Fomos até a sua origem histórica, desvelamos sua dinâmica implícita e, depois, as suas metodologias e como eles se integram num todo, qual seu ponto de apoio e partida, chamado ponto arquimédico. Do ponto arquimédico em diante concrecionamos dez teses desse *filosofar* alcançando, assim, um outro ponto bastante significativo que chamamos de *extra mentis*. Do *extra mentis* concrecionamos mais teses, mas com a finalidade de contrastar positivamente o *filosofar concreto* de outras “filosofias”, que denominaremos de *negativistas*, ou *filodoxias*. E no decorrer de todo este trabalho foi explicado o que significa esse *filosofar concreto* ou *filosofia concreta*, como queiram chamar. Assim respondendo à questão sobre o modo mais seguro de filosofar.

**Palavras-chave:** Filosofia Concreta. Filosofar Concreto. Filósofo.

## ABSTRACT

The goal of this work inquire the safest way of philosophize from the perspective of Mário Ferreira dos Santos' *concrete philosophy*. For this a brief biography was made for give the real reference of wich came this *philosophy*. Next, the problem was posed on the safest way of philosophizing in wich we enter into its justification and in problems of Philosophy as Science. We went back to its historical origin, unveiled its implicit dynamics, its methodologies and how they integrate into a whole, which is its point of support and departure, called the archimedical point. From the archimedean point onwards, tem theses of this *philosohy* were developed, thus reaching another quite significant point that we call *extra mentis*. From the *extra mentis* we develop more theses, but with the purpose of positively contrasting the concrete philosophical of other "philosophies", wich we will call negative philosophies, or fake philosophies. And in the course of all this work has been explained what this *concrete philosophizing* or *concrete philosophy* means, as you would like to call it. Thus answering the question of the safest way to philosophize.

**Keywords:** Concrete Philosophy. Concrete Philosophizing. Philosopher.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1. O PERCURSO DE MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS</b> .....	10
<b>2. É ESSE O MODO MAIS SEGURO DE FILOSOFAR?</b> .....	19
<b>2.1. A origem do filosofar concreto</b> .....	23
<b>2.2. Uma dinâmica implícita no filosofar concreto</b> .....	30
<b>3. TÉCNICA FILOSÓFICA E A CONQUISTA DO PONTO ARQUIMÉDICO</b> .....	33
<b>3.1. A tentativa cartesiana</b> .....	37
<b>3.2. A conquista concreta</b> .....	39
<b>4. DO PONTO ARQUIMÉDICO AO <i>EXTRA MENTIS</i> E FILODOXIAS</b> .....	41
<b>4.1. Do ponto arquimédico ao <i>extra mentis</i></b> .....	41
<b>4.2. O filosofar concreto diante de pseudofilosofias</b> .....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	59

## INTRODUÇÃO

Muitas são as questões que persistem na história da Filosofia e sempre suscitam novas investigações e novas discussões. Muitas, para não dizer todas. É impressionante como questões tão remotas e distantes são recolocadas com uma atualidade que quase achamos ser os primeiros a levantá-las. Uma delas diz respeito sobre o modo mais seguro de filosofar – que é o problema central deste trabalho.

Essa questão busca por uma via que cumpra com mais eficiência a finalidade da atividade filosófica. Sendo assim, sempre que essa questão for levantada, ela irá inevitavelmente suscitar outras sobre o que é filosofia e sua finalidade, o que é filosofar e seu objeto e o que é um filósofo. Não é possível avançarmos nesse assunto de forma específica, resolvendo uma questão após outra. É necessário que elas sejam respondidas como que simultaneamente, pois se inter-relacionam de tal modo que, responder uma é elucidar algo de outra.

Desde Pitágoras, Sócrates e Platão essa questão já nasce problemática. Não como algo meramente teórico e desinteressante, mas como algo de vital importância para a Filosofia. E para responder a essas questões recorreremos a pessoa e a obra do filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos nas quais julgo ter encontrado respostas significativas.

Começaremos com um breve esboço biográfico deste filósofo, depois colocaremos a questão do modo mais seguro de filosofar, adentraremos na justificação desse *filosofar* como Ciência, iremos até a sua origem histórica, desvelaremos sua dinâmica implícita, depois as suas metodologias e como eles se integram num todo e qual seu ponto de apoio e partida, chamado ponto arquimédico. Do ponto arquimédico em diante concrecionaremos dez teses desse *filosofar* até alcançarmos um outro ponto bastante significativo, que chamaremos de *extra mentis*. Do *extra mentis* concrecionaremos mais teses, mas com a finalidade de contrastar positivamente o *filosofar concreto* de outras “filosofias” que denominaremos de *negativistas*,

ou *filodoxias*. E é lógico que no decorrer de todo esse trabalho estaremos explicando o que significa esse *filosofar concreto* ou *filosofia concreta*.

A razão desse percurso é simples, vejamos. Começaremos com um esboço biográfico pois consideramos o *filosofar concreto* como uma ação – como será explicado. Ora, é impossível que uma dê-se por si mesma, pois é necessário que haja um agente que a efetive. E, embora Mário não tenha sido o primeiro a realizar essa *ação*, partiremos de sua vida e encontraremos a origem dela.

Prosseguindo... adentraremos a questão central desse trabalho e a rastreamos até a sua origem. Pois se não sabermos quando e como isso a que buscamos começou, perderemos uma grande parcela de esclarecimentos em torno do que aqui mais nos interessará.

Ao explicitarmos sua dinâmica implícita, buscaremos elucidar algumas operações psico-cognitivas e técnico-expressivas que não encontramos descritas na obra *Filosofia Concreta*, mas que com certeza se fazem presentes. E mais que isso, na pessoa do filósofo. Assim retornaremos ao sujeito real no qual se dá esse *filosofar* que procuramos. E conscientes que ele se valeu de métodos com os quais chegou as suas conclusões, os abordaremos. Desprezar uma abordagem sobre as metodologias seria um absurdo, pois quando indagamos sobre o modo mais seguro de filosofar, indagamos sobre *como* filosofar apropriadamente. Esse *como* referido é próprio das metodologias.

Bem sabemos que metodologias por si só de nada servem se não tiverem um objeto com o qual possam trabalhar. Por isso partiremos do ponto arquimédico e o desenvolveremos concrecionando as teses dessa *filosofia*.

Durante o desenvolvimento oposições filosóficas se farão necessárias para que possamos perceber os contornos do que nos propomos abordar. Ora, se fizéssemos uma mera exposição essencial poderíamos deixar de destacar diálogos importantes estabelecidos dentro dessa *filosofia*. E sendo ela de natureza dialética, confrontos tornam-se inevitáveis.

E por fim, teceremos alguns comentários sobre o *quid* de um filósofo, possibilitando assim mais uma vez voltarmos nosso olhar ao sujeito real do *filosofar concreto*, Mário Ferreira dos Santos. Portanto, façamos o que nos propomos a fazer.

## 1. O PERCURSO DE MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

Tecer comentários biográficos sobre a vida de Mário Ferreira dos Santos é uma tarefa árdua e difícil, que beira o paradoxal. Apresentá-lo em um trabalho – tal como este – soa também estranho. Explico... Mário foi um filósofo brasileiro de amplitude mundial, mas infelizmente desconhecido nacionalmente. Esse fato faz com que apesar de estarmos próximos espacialmente de sua filosofia, dada sua origem brasileira, sua vida e seu pensamento ainda são pouco conhecidos e divulgados, em consequência o encontramos escassos referenciais bibliográficos de comentadores.<sup>1</sup>

O Prof. Dr. Pe. Stanislavs Ladusãns ao referir-se a ele o considera como um filósofo solitário que ainda não foi descoberto no Brasil<sup>2</sup>. Em contraponto, o filósofo brasileiro teve várias de suas obras enviadas à universidades católicas da Europa (Facolta de Filosofia “Aloisianum”, Gallarate, Itália; Facultad de Filosofia Alcalá de Henares, Madrid, Espanha; Universidad Pontificia Comillas, Madrid, Espanha; Collegio S. Roberto Bellarmino, Roma, Italia; Biblioteca do Teologado, Innsbruck, Áustria; Facultad de Teologia, Granada, Espanha; Facultades de Filosofia y Teologia, Barcelona, Espanha; Berchmanskolleg, Pullach, Alemanha)<sup>3</sup> graças a Ladusãns, por reconhecer nelas um grande valor. Carlos Beraldo escreveu um verbete biográfico sobre ele na “Enciclopedia Filosofica” – Centro di Studi Filosofici di Gallarate, publicado pela G.C. Sansoni Editorem em 1969<sup>4</sup>. Dr. Carlos Aurélio Motta de Souza, que fora seu aluno, também publicou algumas notas biográficas sobre seu professor, na Revista Verbo, de Madrid, em 1991. Olavo de Carvalho que, embora não tenha o conhecido

---

<sup>1</sup> A biografia mais completa sobre Mário Ferreira dos Santos é uma monografia escrita por suas filhas Nadiejda Santos Nunes Galvão e Yolanda Lhullier dos Santos, de 2001. Tal trabalho foi escrito tinha com o fim de traçar a biografia e a produção intelectual e filosófica no Brasil. E, fora feita a pedido a pedido de muitos que desejavam conhecer mais detalhes da vida e da obra de Mário. Embora tal trabalho monográfico não tenha sido publicado oficialmente, fora disponibilizado na internet com o título “Monografia sobre Mário Ferreira dos Santos”. Me referirei a esse trabalho como *Monografia*.

<sup>2</sup> *Monografia*, p.47.

<sup>3</sup> Cf. *Ibid.*, p.35.

<sup>4</sup> Cf. *Ibid.* p.44-46.

pessoalmente (tomou conhecimento dele cinco anos após sua morte, por intermédio de uma aluna) corrobora com a ideia de que o “caso Mário Ferreira dos Santos” é o “mais paradoxal dos escândalos” no seu livro “Futuro do Pensamento Brasileiro”<sup>5</sup>.

Então, embora seja um caso no mínimo estranho, cabe apresentá-lo.

Mário Ferreira dos Santos, filho primogênito de Francisco Dias Ferreira do Santos (de origem portuguesa e família de advogados e juristas) e Maria do Carmo Santos. Nasceu em 3 de janeiro de 1907, na cidade de Tietê, São Paulo. Aos quatro anos de idade mudou-se para Pelotas, Rio Grande do Sul.

Desde criança manifestou vocação filosófica, que fora percebida e incentivada pelo seu pai que, mesmo sendo maçom, ateu e abertamente declarado inimigo da igreja católica, reconhecia que, para que seu filho desenvolvesse tal vocação deveria colocá-lo sob orientação dos jesuítas. Sobre isso ele diz no seu autorretrato à Ladusãs:

Meu pai, português de nascimento, caracterizava-se por acentuado ateísmo e por uma marcante tendência anticlerical. Revelava, em todas as ocasiões, a sua oposição ao clero. Entretanto, tendo eu, desde cedo, mal aprendera a ler, me interessado por temas filosóficos (e a consciência que tenho de mim mesmo nasceu de colocação de um problema filosófico que tentei resolver), um dia meu pai me chamou e disse: “Meu filho, para teu bem vou fazer uma coisa que vai escandalizar os meus amigos: tu vais estudar com os jesuítas. No dia seguinte, dirigiu-se ao ginásio Gonzaga e, segundo o que ele me relatou depois, disse-lhes: “Todos sabem que sou adversário da Igreja Católica e que tenho combatido desde moço, mas sei que, para educar, vós, jesuítas, sois os mais capazes. Meu filho revela propensão para temas filosóficos; não quero exercer sobre ele a minha ação. Julgo que sois mais competentes do que eu para guiá-lo no conhecimento. De minha parte, prometo-vos que, em casa, respeitarei sempre as suas ideias. ” Declaradas estas condições, fui aceito. O resultado foi que meu pai passou a ser mal compreendido pelos companheiros, que julgaram a sua atitude uma verdadeira defecção, o que o levou a afastar-se totalmente das atividades anticlericais e ateístas. ”. (GALVÃO, SANTOS, 2001, p.3-4)

Quando com 14 anos fora analisado por um padre sobre sua vocação que chegou à conclusão que o sacerdócio não lhe convinha e ele mesmo dizia: “Que mau padre eu seria! ”.

---

<sup>5</sup> Cf. Ibid. p.48.

Foi influenciado pelo Padre Büncher, seu professor, acerca de um método seguro na filosofia; fundou o jornal “O Gymnasiano”; Participou do time de futebol escolar e encenou peças, sendo uma delas de sua autoria, intitulada de “O Dever”.

Ingressou na faculdade de Direito, em Porto Alegre, em 1925; em 1928 ingressou no cenário jurídico com advogado e paralelamente trabalhava na Xavier & Santos, empresa de seu pai, na qual aos seis anos de idade ele chegou a participar brevemente em uma cena do filme de comédia “Os óculos do vovô”. Em 1929 casou-se com Yolanda Duro Lhulier e tiveram duas filhas: Yolanda e Nadieja. Em 1930 tornou-se bacharel em “Direito e Ciências Sociais”; Em 1937, seu pai faleceu. E, futuramente, em 1941, a empresa em que trabalhou com seu pai, teve que ser fechada por conta de negócios mal sucedidos.

Em 1928 veio a público o seu primeiro artigo “O poeta da luz e da cor” no jornal “Diário Popular”; durante um ano (1929-1930) foi diretor do jornal “A Opinião Pública”. Sua participação no cenário jornalístico o levou a prisão em 1930 devido as críticas que fizera ao governo da época, mas recebeu a ajuda do General Flores da Cunha e do Dr. Py Crespo, prefeito de Pelotas. Sobre o ocorrido explicou-se no artigo “Porque fui detido” publicado pelo jornal “A Opinião Pública”, do qual futuramente seria afastado da direção.

Mário por um tempo chegou a utilizar-se de pseudônimos, por exemplo, quando voltou a escrever para a imprensa, em 1939, para o jornal “Clímax” como Xerxes e em 1940, no jornal “Diário de Notícias” como Pitágoras de Melo. Sobre o último, diz:

[...] A principal personagem é Pitágoras de Melo. Nasceu-nos logo às primeiras páginas de “Homem da Tarde”. Nada prometia ainda à minha consciência, mas logo se impôs e libertou-se de tal modo, que passou a ter uma vida própria. E poderia dizer, sem buscar fazer paradoxos, que teve ele um papel mais criador de mim mesmo que eu dele. Não pautou ele sua vida pela minha, mas a minha vida pela dele. Eu propriamente o imito. É quase inacreditável isso. Mas é verdade: a personagem criou o autor. E é espantoso que foi de tal modo que até muitas das minhas experiências futuras foram vividas por ele. Aconteceu-me na vida o que eu já havia escrito no meu livro. Muitas das peripécias da minha existência foram antecedidas por ele. E é essa a razão porque o respeito tanto, porque o venero. Essa existência metafísica tornou-se real para mim. As idéias que a personagem expunha não eram então as minhas. Hoje, em grande parte, são. A personagem me conquistou. Na verdade, não pude resistir à tentação e ao fascínio que ela exerceu sobre mim. (GALVÃO, SANTOS, 2001.).

Por boca de Pitágoras de Melo chegou a comentar a Segunda Guerra Mundial, o regime nazista, o fim da guerra, etc.

“Em números o total de artigos publicados foi de 177, assim distribuídos: 1 na “Revista do Globo” de Porto Alegre, 1 na “Folha Acadêmica” de São Paulo, 1 na “Folha da Manhã” de São Paulo, 1 na “Gazeta” de São Paulo, 3 no “Movimento” de Porto Alegre, 16 no “Clímax” de Pelotas, 42 no “Correio do Povo” de Porto Alegre, 44 no “Diário Popular” de Pelotas, 68 no “Diário de Notícias” de Porto Alegre”.<sup>6</sup>

Atuou também como tradutor entre 1943 e 1944 - quando já havia se mudado para Porto Alegre – para a Livraria Globo. Dentre as obras traduzidas destacou-se como tradutor de Friedrich Nietzsche, das quais também foi comentador, como por exemplo em um ensaio intitulado “O Homem que foi um Campo de Batalha” que acompanhava “Vontade de Potência” e as notas simbólicas em “Assim Falava Zaratustra”.

Ainda em 1944 retirou-se para uma casa no campo, durante dois meses, coisa que desejava que perdurasse. Pois sempre quis viver em solidão e meditação. Nesse ano escreveu o ensaio “Homem animal que interroga” que fora editado pela Livraria Globo com o título de “Se a Esfinge falasse” e o pseudônimo “Dan Andersen”. Uma das razões dos pseudônimos girava em torno da aceitação do material. Não que o autor temesse a desaprovação do público, mas que utilizava os pseudônimos quase como que estrategicamente, pois sabia que, se suas publicações carregassem o nome de um brasileiro elas logo seriam rejeitadas, coisa que não acontecia se elas tivessem nomes “estrangeiros”.

Mudou-se para São Paulo e estabeleceu-se na cidade em 1945. Trabalhou para a Editora Flama, mas por pouco tempo. Depois trabalhou na direção das edições da Editora e Distribuidora Sagitário Ltda., na qual publicou algumas traduções e ensaios autorais.

---

<sup>6</sup> Cf. Ibid., p.11.

Mário nunca se dera muito bem trabalhando para outrem. Com isso não quero dizer que ele era encrenqueiro, mas que sempre buscou realizar um trabalho que fosse propriamente seu. Por isso sempre tivera a vontade de ter sua própria editora, tendo como única dificuldade a falta de recursos.

Ele foi um desbravador no mercado editorial. Sempre desejou uma propagação de grande amplitude de cultura filosófica no Brasil, mas era desencorajado pelos amigos, pois diziam que brasileiro não lê filosofia, isso, sem mencionar os que leem filosofia, mas descartam aquelas produzidas no Brasil. Sobre isso, o próprio diz:

Ninguém teve uma luta maior do que eu dentro do meu campo de ação editorial, porque quando eu procurei editor para o meu livro, eu não fui corrido do seu escritório, porque ele era um homem educado, mas deu a entender que era o maior absurdo editar um livro de filosofia num país de analfabetos, e me disse francamente: “O Sr. para editar um livro de filosofia no Brasil, o Sr. precisa ter muito dinheiro, porque tem que financiar a obra, depois o Sr. não tem leitores, se conseguir vender algum exemplar será a custo de uma publicidade muito grande, porque não há leitores, nós não podemos empatar nosso capital na edição de livros desta espécie...” E eu, então, disse a ele: “Pois vou fazer uma experiência com o meu próprio esforço.” E fiz uma editora para editar os meus próprios livros, sem um tostão de capital, usei crédito e paguei a edição em trinta dias, antes do vencimento que era de noventa dias. Não fiz publicidade, não tive apoio de ninguém, não pedi a quem quer que fosse escrevesse qualquer coisa a meu favor, não elogiei ninguém para que me elogiasse. Aguardei apenas que o povo brasileiro tomasse o meu livro, o lesse e fizesse a propaganda por si próprio. E fez, e as minhas obras venderam, eu editei oitenta e tantos livros em quatorze anos, com cerca de trezentas edições. Eu lutei dentro das minhas forças e dentro das minhas possibilidades, não me contive, não aceitei aquela maneira abjeta, que aquele brasileiro me colocava ante o Brasil. (GALVÃO, SANTOS, 2001, p.14)

Em 1952 publicou “Filosofia e Cosmvisão”; em 1953 fundou a Livraria e Editora Logos; em 1961 fundou a editora Matese.

A obra de Mário Ferreira dos Santos é vastíssima<sup>7</sup>. Ela envolve metafísica, teoria do conhecimento, lógica, dialética, cosmologia, religião comparada, simbólica, ética, psicologia,

---

<sup>7</sup> Filosofia e Cosmvisão; Lógica e Dialética; Psicologia; Teoria do Conhecimento; Ontologia e Cosmologia; Tratado de Simbólica; Filosofia da Crise; O Homem perante o Infinito; Noologia geral; Filosofia da Concreta; Filosofia Concreta dos Valores; Sociologia Fundamental e Ética Fundamental; Pitágoras e o Tema do Número; Aristóteles e as Mutações; O Um e o Múltiplo em Platão; Métodos Lógicos e Dialéticos; Filosofias da Afirmação e da Negação; Tratado de Economia; Filosofia e História da Cultura; Análise de Temas Sociais; O Problema Social; Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais; Origem dos Grandes Erros Filosóficos; Grandezas e misérias da Logística; Erros na Filosofia da Natureza; Das categorias; Isagoge; Protágoras; O Apocalipse de S. João; Comentários a S. Boaventura; As três críticas de Kant; Comentários aos “Versos Aureos” de Pitágoras;

sociologia, economia, etc. Entre todas as obras há uma unidade, inclusive uma em especial na qual se sobressai como a “Enciclopédias das Ciências Filosóficas e Sociais” (45 volumes). E, esta mesma possui uma unidade interna configurando uma estrutura que se dão em três momentos: síntese, análise e concreção<sup>8</sup>. Síntese:

I	Unidade	<i>Síntese</i>	SÉRIE I
II	Oposição	<i>Análise</i>	<i>Dez volumes, numerados segundo a ordem das categorias pitagóricas.</i>
III	Relação		
IV	Reciprocidade		
V	Forma		
VI	Harmonia		
VII	Mutação		
VIII	Assunção		
IX	Integração		
X	Unidade Transcendente	<i>Concreção</i>	

Na análise:

I			SÉRIE II
II			Numeração livre
III			
Etc.			

---

Cristianismo a Religião do Homem; Tao-Te-Ching, de Lao-Tsê; Filosofia e Romantismo; Brasil, País da Excepção ; Santo Tomás e a Sabedoria; Enéadas; Da Interpretação; A Sabedoria dos Princípios; A Sabedoria da Unidade; A Sabedoria do Ser e do Nada; A Sabedoria das Leis Eternas; Dialética Concreta; Tratado de Esquematologia; Teoria Geral das Tensões; Deus; O Problema Social; Curso de Oratória e Retórica; O Homem que Nasceu Póstumo; Técnicas do Discurso Moderno; Práticas de Oratória; Curso de Integração Pessoal; Análise Dialética do Marxismo; Páginas Várias; Assim Deus Falou aos Homens; Vida não é argumento; A Casa das Paredes Geladas; Escutai em Silêncio; A Verdade e o Símbolo; A Arte e a Vida; A Luta dos Contrários; Certas Sutilezas Humanas; Convite à Estética; Convite a Psicologia Prática; Convite à Filosofia; Dicionário de Pedagogia e Puericultura; Invasão Vertical dos Bárbaros. Mário também gravou fitas magnéticas – aproximadamente cinquenta - que, posteriormente foram datilografadas, sendo algumas corrigidas por ele, enquanto outras não receberam o mesmo tratamento.

<sup>8</sup> Os quadros que apresentam a estrutura da Enciclopédia das Ciências Filosóficas foram retirados do prefácio ao livro Sabedoria das Leis Eternas escrito por Olavo de Carvalho. Ele foi aluno de Stanilaus Ladusãns e entregaria o texto sobre a estrutura da Enciclopédia das Ciências Filosóficas como trabalho de conclusão de curso (antes mesmo que ele viesse a se tornar prefácio do livro referenciado).

Na concreção:

I	Unidade	<i>Síntese</i>	SÉRIE III Numeração pitagórica
II	Oposição		
III	Relação		
IV	Reciprocidade		
V	Forma	<i>Análise</i>	
VI	Harmonia		
VII	Mutação		
VIII	Assunção		
IX	Integração		
X	Unidade Transcendente	<i>Concreção</i>	

Dentro da Enciclopédia destaca-se a obra “Filosofia Concreta” que expressa seu modo próprio de filosofar. Ela surgiu em uma aula que lecionava. Sobre isso, teria afirmado:

Vou suspender as aulas por uma semana porque neste momento tive uma idéia e vou escrever já. Então escrevi naquele dia as duzentas e setenta teses uma atrás da outra, depois foi que desenvolvi a demonstração, porque elas vieram decorrendo de mim, assim espontaneamente, sem nenhuma busca, foi uma coisa espontânea. (GALVÃO, SANTOS, 2001, p.33)

Tal intuição não se apresentou como algo gradativo, mas como algo presente, em um só momento, assemelhando-se a uma intuição artística, ou com um vislumbre arquitetônico de uma catedral, na qual toda a estrutura é nítida aos olhos num só momento e não em partes por partes.

Cito:

Ser um mero professor de filosofia eu não sou, eu posso dar aulas especializadas, mas não sou propriamente um professor de filosofia, eu sou um filósofo, tenho uma obra realizada, esta obra existe, está aí publicada, quer queiram quer não, não são folhetins, são livros volumosos e tenho mais a publicar. Queria estabelecer este ponto porque sei que como predomina nas escolas e nas universidades, infelizmente, o espírito do especialismo, que desde que entrou só serviu para perturbar o desenvolvimento da cultura humana e fazer com que estes três séculos sejam os três séculos mais estéreis do pensamento humano, eu sei que este espírito influi na juventude que não está

devidamente preparada e não sabe como reagir a esta maneira de ver. Podem verificar na história da filosofia que os grandes filósofos, não dos pseudamente grandes filósofos, não daqueles que são incensados por uma publicidade mal intencionada, mas dos grandes filósofos na história da humanidade, todos eles foram universalistas e trataram mateticamente, digamos assim, de todas as matérias. (GALVÃO, SANTOS, 2001, p.19)

Ele reconhecia-se como filósofo. E, filósofo, no sentido preciso da palavra: amante da sabedoria. Amante da *Mathesis Magiste*, da Instrução Suprema. Essa Matese ele considerava uma metalinguagem das ciências, uma ciência arquitetônica, na qual todas as disciplinas encontravam-se unificadas. Citando São Boaventura, Mário se remete a essa Matese como “Ciência Christi” – Ciência de Cristo. Sobre essa Matese, o filósofo dedicou os últimos anos de sua vida, deixando algumas obras inacabadas, dentre elas uma intitulada “Deus”. Mário era cristão de orientação católica apostólica romana. Era convicto que: o Cristianismo era universal e abarcava todos os ciclos culturais; E, Cristo era o arquétipo da humanidade, pois carregava em si tudo o que há de mais elevado e divino.

Ao lê-lo o achamos um tanto pitagórico, tanto socrático-platônico, aristotélico, plotiniano, agostiniano, tomistas, scotista, etc., mas nunca foi seu propósito fazer dessas influências uma costura de retalhos, muito pelo contrário, ele empenhou-se em colher e cultivar o que há de verdadeiro e universal em todas elas.

Tal postura – suspeito – deve-se por ser ele brasileiro e cristão. Cristão, por conta – como já foi falado – das características do Cristianismo e de Cristo acima mencionados. E, brasileiro, pois considerava que esse povo vive numa condição diferente dos demais países. O brasileiro vive em si mesmo o universal. Ele não está restrito a uma identidade nacional exclusivista, muito pelo contrário, está aberto para a realidade do todo.

Seus últimos anos de vida foram conturbados por enfermidades. Mário Ferreira dos Santos faleceu, orando o Pai Nosso, de pé, sustentado pelos que lhe acompanhavam em seus últimos momentos, no dia 11 de abril, de 1968 – não mais não resistindo a um infarto. Fora sepultado no Cemitério Araxá. O Pe. Stanilaus Ladusâns realizou a missa de sétimo dia na

Igreja Imaculada da Conceição, localizada na Av. Brig. Luiz Antonio. E, como homenagem póstuma, a Sociedade de Filósofos Católicos publicou um de seus manuscritos intitulado “Brasil, um país sem esperança” em 1974.

## 2. É ESSE O MODO MAIS SEGURO DE FILOSOFAR?

Após apresentada a vida do filósofo cabe a pergunta: é esse o modo mais seguro de filosofar?<sup>9</sup> Mário afirmava que sim. E mais, que só assim a Filosofia é Ciência.

Dentro da *Filosofia Concreta* as palavras “Filosofia” e “Ciência” assumem uma dinâmica tal que, não possuem apenas um significado, mas vários. Em alguns momentos “Filosofia” designa uma busca (Tese 325 – [...] a Filosofia é um afanar-se pelo “porquê” do “como” e pelos últimos “porquês” dos “porquês”), noutros técnica (Tese 326 – Se a Filosofia tem vários métodos para alcançar a sua meta, uns são indubitavelmente mais hábeis que outros, e uma há de haver que será o mais hábil para ser usado pelo homem) e noutros, ação (Tese 327 – Filosofar [ou Filosofia – conforme o comentário da tese] é ação). De modo semelhante, “Ciência” no pensamento do filósofo, designa, em certos momentos, busca (Tese 325 – A Ciência busca o “como” e o como do “porquê” próximo das coisas...), noutros uma área da ciência – como a Física, por exemplo – (Cf. Comentários a tese 321) e ainda como conhecimento dos nexos de necessidade, podendo ser eles necessários ou hipotéticos.

Ao dizer que Filosofia é Ciência referimo-nos a ação humana em busca dos nexos de necessidade necessários valendo-se de todas as técnicas que possam cooperar para tal fim.

A fim de esclarecimentos em torno dos nexos de necessidade tomemos alguns exemplos. Primeiramente tratemos do nexo de necessidade hipotética. Ela é a relação que dada determinadas circunstâncias o seu resultado é necessário. Por exemplo, se tomo uma pedra em minhas mãos e a elevo a altura do meu peito, considerando as condições atmosféricas e a gravidade, torna-se inevitável que, ao retirar minhas mãos rapidamente da pedra, ela cairá. Dadas as condições *normais* nas quais vivemos, sempre que eu elevar uma pedra da mesma forma que eu levantei anteriormente, ela cairá. É necessário que ela caia. Ela não pode não cair.

---

<sup>9</sup> Ainda que não tenha sido apresentada o *filosofar concreto* anteriormente a pergunta “esse é o modo mais seguro de filosofar?”, pretendo com isso primeiro colocar o problema, para que na medida da resolução dele seja respondida gradativamente a natureza desse *filosofar*.

Mas veja, essa relação de necessidade só se estabelece devido circunstâncias que podem ser alteradas: peso da pedra, ambiente atmosférico, gravidade, etc. Noutras palavras, sempre que X estiver em determinadas condições Y acontecerá inevitavelmente Z. Por isso os tais nexos de necessidade são considerados hipotéticos. Mas os nexos de necessidade necessários são como o próprio nome sugere, necessários em toda e qualquer circunstância. Por exemplo, a necessidade que há entre ser e a unidade. Ora, todo ser é uno. É impossível que um ser seja “menos” que uno. Se algo não tiver uma unidade mínima, ele nada é, ele não tem ser. E se algo for múltiplo? Ora, algo múltiplo é o encontro de várias unidades que unidas constituem um todo. O todo transcende as partes, pois conserva em si algo que o distingue de todas as partes, a unidade de todas elas. Sendo assim, para que o múltiplo seja algo, deve ser uno. Portanto, não há ser sem unidade. Tal relação não pode ser doutra maneira. Ela é assim e sempre será assim. Tendo esses pontos esclarecidos retornemos ao assunto Filosofia como Ciência.

Qual atividade tem mais rigor e segurança: aquela que busca aquilo que não pode não ser (nexos de necessidade necessários) ou aquela que busca aquilo que pode ser ou pode não ser dada determinadas circunstâncias que, também podem ser como podem não ser? É evidente que a primeira. E qual dentre elas deve se apoiar sobre a outra? Ora, também é evidente que a segunda deve apoiar-se sobre a primeira. Assim o é porque a necessidade presente na segunda depende inevitavelmente da necessidade presente na primeira. E sabendo que a primeira é o próprio “terreno” filosófico e a segunda é próprio do “terreno” científico (empregado aqui no sentido moderno do termo) a conclusão torna-se inevitável, a ciência depende da filosofia. E, considerando que o mais pode o menos, mas o contrário não é verdadeiro, não é forçoso dizer que a Filosofia é Ciência. Mário ao trabalhar tal ponto, diz:

Filosofia é Ciência, porque é um saber culto, e, como tal, um saber fundado em demonstrações como vimos. Ora, entre as demonstrações, aquela que oferece maior segurança é a apodítica, porque esta dá um nexo de necessidade. Não o nexo de necessidade hipotética ao qual alcança a Ciência. Examinando um fato do acontecer cósmico, podemos estabelecer os factores, causas, condições, sem as quais o fato não se daria. Assim, se algo acontecer, sabemos que, necessariamente, acontece pelas

causas que o geraram, não que seu acontecer seja necessário, porque poderia ser frustrado seu evento, pela conjunção de outros factores, causas e condições. Assim, o que é contingente pode suceder ou não, mas, se sucede, necessariamente sucede por razões suficientes para assegurar seu evento. A essa necessidade hipotética pode alcançar a ciência, e deve procurá-la. Mas essa necessidade é de grau axiológico inferior à necessidade ontológica, aquela que assegura a impossibilidade de ser de outro modo senão o que ela estabelece. Se é certo que não somos ainda capazes de alcançar em tudo o nexos ontológico de necessidade, sem dúvida temos de reconhecer que, quando o alcançamos, atingimos um ponto mais alto e mais seguro do filosofar. E também não se poderia deixar de admitir que esse deve ser o ideal de toda filosofia que deseja alcançar a máxima concreção, porque o saber humano culto é de grau mais elevado quanto maior for a apoditicidade que possa oferecer aos seus postulados. (SANTOS, 2009, p. 604-605)

A passagem acima corrobora explicitamente com a asserção “Filosofia é Ciência” e com os esclarecimentos, que trabalhamos anteriormente, em torno dos nexos de necessidade necessários e hipotéticos. E o critério é claro: a apoditicidade. E para não cairmos nas variadas definições que essa palavra possa suscitar, mantenhamo-nos fiéis ao próprio filosofar concreto que define a apoditicidade como aquilo que consiste na natureza necessária de uma demonstração ou de um demonstrado, de tal forma que, o seu contrário seja impossível. Ora, esse é o critério de toda e qualquer filosofia que busque fazer jus a sua razão de existência. Qual a necessidade de uma “filosofia” que versa sobre irrealidades e falsidades? Qual a serventia de uma atividade que não explique nada, nem mesmo a vida daquele que a desempenha? É óbvia a resposta às duas perguntas: Nenhuma! Filosofia só tem razão de ser quando ama aquilo que há, aquilo que é. Filosofia é, portanto, afanar-se pela realidade. Nesse sentido, nenhum método que possa ser útil para tal fim deve ser desconsiderado, do mesmo modo que, nenhum conselho ou sugestão deve ser rejeitado se corrobora para tal fim. Nada, nem ninguém deve ser silenciado se puder fornecer no mínimo uma migalha da verdade. Parafraseando SERTILLANGES<sup>10</sup> (2010, p.114), “Por toda parte onde a verdade deixou algo de si, temos de nos prontificar a

---

<sup>10</sup> Antonin-Dalmace Sertillanges foi um filósofo e teólogo francês de orientação neotomista que nasceu em Clermont-Ferrand, 16 de novembro de 1863 e morreu em Sallanches, 26 de julho de 1948. Autor de várias obras: *Thomas D’Aquin, Philosophie Morale de Saint Thomas D’Aquin, Les Grandes Thèses de la Philosophie Thomiste, Blaise Pascal, Henri Bergson et le Catholicisme, Catéchisme des Incroyants, Dieu ou Rien, La Vie Catholique, Recueillement, Um Pèlerinage Artistique à Florence, Art et Apologétique e La Vie Intellectuelle – Son Esprit, Ses Conditions, Ses Méthodes.*

recolher, a venerar religiosamente e utilizar com esmero” conscientes que, “a verdade só está a serviço de seus escravos” (SERTILLANGES, 2010, p.22).

Esse afanar-se pela realidade é perceptível num filósofo como Anselmo da Cantuária e com a finalidade de esclarecimento sobre esse ponto (a natureza apodítica da filosofia) podemos nos remeter ao *argumento ontológico*<sup>11</sup> e o debate que foi suscitado a partir dele. Tomemos, a título de exemplo, o seu formulador e aquele que ficou conhecido por apresentar o argumento contrário mais contundente, a saber, Immanuel Kant.

Anselmo, na obra *Proslógio*, capítulo 2, afirma: “Existe, por conseguinte, sem sombra de dúvida, um ser acima do qual não se pode pensar o que quer que seja, nem no pensamento nem na realidade” (ANSELMO, 2016, p.41). Ora, um ser de tal magnitude não pode não existir, não pode não ser. Ou seja, é um ser necessário. Kant, na *Crítica da Razão Pura*, na *dialética transcendental*, livro III, capítulos 4 e 5, apresenta um argumento contrário que consiste essencialmente na afirmação de que a existência de tal ser é hipotética. Pois um ser necessário existe necessariamente apenas se ele existir.

Formulado então o quadro do problema vejamos como isso pode ser resolvido dentro de um dos métodos da Filosofia Concreta, a *reductio ad absurdum*.

Se não existe um ser necessário tudo é necessariamente contingente. Ou seja, se não há nenhum ser que não pode não ser, todos os seres podem existir como podem inexistirem. Logo, tudo é necessariamente contingente. Portanto há algo necessário. A contingência seria necessária o que é um absurdo. Mas prossigamos ainda mais... se tudo é necessariamente

---

<sup>11</sup> Cabe ressaltar que o *Proslógio*, obra na qual o “argumento” ontológico está inserido, é uma oração. A interpretação que afirma que essa obra tem única e exclusivamente a finalidade de demonstrar a existência de Deus é, portanto, impropriedade. Anselmo, como crente na realidade divina detectaria imediatamente a absurdidade da tentativa de demonstrar a existência de Deus numa oração que tem como “destinatário” o próprio Deus. O que ficou conhecido como argumento ontológico situado nessa obra é na verdade uma monstração [enunciado lógico ou ontológico sem necessidade do uso de um termo médio] de uma intuição [captação de algo] de natureza apodítica: o ser necessário existe necessariamente – e ele é o ser acima do qual nada maior pode ser pensado. Para maiores esclarecimentos sobre a discussão em torno do assunto cf. TOMATIS, Francesco. O argumento ontológico: a existência de Deus de Anselmo a Schelling. Tradução: Sérgio José Schirato. – São Paulo: Paulus, 2003.

contingente, os nexos de necessidade de um argumento também o são. Consequentemente todas as conclusões verdadeiras que podem ser retiradas de um argumento são subtraídas, pois se todos os nexos de necessidade que ligam uma afirmação a outra são totalmente contingentes a conclusão será contingente e não necessária e inevitável. Ora, então quem afirma que a necessidade é hipotética tem que admitir que a sua própria afirmação é hipotética, podendo ser ou não ser. Mas afirmar que sua própria afirmação fosse hipotética seria reconhecer uma necessidade, mas como a necessidade é hipotética, o sujeito nada pode saber e, nem mesmo dizer, algo sobre a afirmação que ele antes defendera. No fim das contas a negação do ser acima do qual nada maior pode ser pensado implica em absurdo. Kant, sem se dar conta, incorre em absurdo.

A negação do ser necessário afirma-o. E, todo e qualquer comentário que suceda a afirmação reforça o absurdo, valendo-se do seu contrário para que tenha algum sentido que antes negara no juízo que a antecedeu.

## **2.1. A origem do filosofar concreto**

A argumentação anterior, portanto, mostrou a legitimidade da filosofia como ciência, a natureza apodítica da filosofia e aplicação do que até aqui foi provado num debate dentro da história da filosofia no qual a monstração de Anselmo garante adesão a uma verdade sem temor de erro – ou seja, uma certeza apodítica – enquanto a asserção de Kant mostrou-se absurda.

Mas qual a origem deste filosofar que busca pelo que não pode não ser? O filósofo afirma que esse modo de filosofar nasce com Pitágoras. E que, embora Aristóteles tenha identificado o surgimento da filosofia com Tales de Mileto, Pitágoras é o pai por excelência da Filosofia:

É costume afirmar-se que esta [a Filosofia]<sup>12</sup>, no sentido que a temos no Ocidente, inicia-se através das especulações de Tales de Mileto. Em favor dessa tese, aproveita-se a afirmativa de Aristóteles na *Metafísica*, onde declara que esse modo de filosofar inicia-se com aquele filósofo. Na verdade, Aristóteles diz que esse “modo de filosofar” é naturalista, o modo fisiológico do especular, fundado nos fatos do acontecer cósmico. Propriamente afirma que Tales inicia esse método específico de filosofar. Se Aristóteles, posteriormente, silencia sobre a paternidade do modo de filosofar apodítico, que busca os nexos de necessidade ontológica, que ele procurava afanosamente, devemos, contudo, lembrar que ele é iniciado por Pitágoras. Este afirmava aos discípulos, e uma tomada de posição clássica do pitagorismo, que não há ciência sem demonstração, e a melhor demonstração, é a que se funda em juízos apodíticos. O testamento filosófico de Pitágoras aos discípulos foi esse: buscar os nexos de necessidade ontológica, o que necessariamente tem de ser, e não pode ser de outro modo. (SANTOS, 2009, p. 605)

A citação acima incorre novamente no que já foi esclarecido sobre os nexos de necessidade hipotéticos e necessários. A filosofia naturalista de Tales, tal como indicada por Aristóteles na “*Metafísica*, I, 3. (= Tales, tex.12 Diels-Kranz) ” (REALE, 2003, p.49) caracteriza-se pela busca dos nexos de necessidade hipotéticos do cosmos, enquanto que a filosofia de Pitágoras, pela busca dos nexos de necessidade necessários de toda e qualquer realidade.

A investigação filosófica naturalista caracterizou-se por buscar o princípio do cosmos, comumente identificando-o com um princípio material. Tales apontou que a água era a manifestação desse princípio, o úmido. Tal afirmação tinha como base um conjunto de “imagens” de que tudo o que tem vida, ou passa a viver, possui uma natureza úmida. Se tudo que vem a vida possui natureza úmida e o que definha perde essa natureza, não era forçoso ao filósofo acreditar que esse era o princípio de vida. Tal princípio possuía inteligência – ou melhor, era possuído pela inteligência – e era onipresente em todos os seres. Isso é perceptível numa fala de Aécio: “Tales julgou que deus fosse a inteligência do cosmo e que tudo fosse dotado de alma e cheio de deuses, e que uma potência divina escorresse através do elemento úmido e que fosse motriz dele. Aécio 17, 11. (= Tales, tex.23 Diels-Kranz)” (*apud* REALE, 2003, p.50)

---

<sup>12</sup> [A Filosofia] – Inserção minha.

O que é controverso ao tomarmos essa passagem é que o que é comumente tomado como o princípio do cosmos, o úmido, é na verdade movido e perpassado por uma realidade que o abarca e o transcende – uma potência divina. Não entraremos nas discussões em torno da harmonia doutrinária das duas referências, mas o que fica claro é que o princípio do cosmos, o úmido, não é necessariamente o princípio primeiro, necessário. Ele pode ser tomado como necessário dadas determinadas possibilidades e atualidades, o que o torna um necessário hipotético.

Pitágoras apontou como o princípio de todas as coisas o UM. A raiz de todo o cosmos é a unidade absoluta. Nesse caso, tal apontamento é de necessidade necessária, pois toda e qualquer coisa, ou todo e qualquer cosmos só é possível se houver o UM, a unidade absoluta. Esse princípio que é de onde tudo parte, ele tudo contém. Não há nada fora do UM, tudo está preso a ele. Se dele tudo parte e nele tudo existe, todas as coisas só são o que são em detrimento do seu ser. O UM é, portanto, o Ser Supremo. E, em última instância, a unidade e o ser são uma e a mesma coisa.

Sobre esse ponto em particular (Tales-Pitágoras), os comentários à citação tentam mostrar que, a investigação da realidade no primeiro caso tocou apenas no princípio natural do cosmos com uma abertura para o fundamento último, enquanto o segundo é afã pelo próprio fundamento último e tudo o que dele procede.

Segundo Mário, Sócrates, Platão e Aristóteles foram os filósofos que deram continuidade a essa filosofia por excelência. Essa tradição da busca por aquilo que é e não pode ser de outro modo, constantemente é retomada. Assim o foi com Plotino, Tomás de Aquino, Duns Scot, Suárez e tantos outros.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Cf. SANTOS, 2009, p. 48.

Não é distorção interpretativa dizer que Mário era um pitagórico. Pois, a saber que, o pitagorismo consiste essencialmente na busca por aquilo que é necessariamente e não pode ser de outro modo, e ele empreendeu essa busca, então a conclusão é inevitável.

O pensamento pitagórico encontra-se implícito e explícito em todo o filosofar concreto. Um exemplo explícito pode ser encontrado na tese 175 que afirma que “toda operação, além de diádica, é triádica, e o seu resultado (o operado) alcança o decenário”. Comentando essa tese, diz:

Que a operação é diádica, demonstra-se porque o operar implica o operado. O aspecto diádico leva-nos ao triádico, porque na operação, há o operado, que lhe é simultâneo, e, neste, há privação, porque é determinado, e, conseqüentemente, em crise. Entre os opostos há relação, aspecto triádico. [...]. Há ademais o quaternário, pois, nessa relação, há uma reciprocidade entre os opostos, a interauteração. Esse processo quaternário revela uma razão, uma lei, um *logos*, que é a forma, lei de proporcionalidade intrínseca, aspecto quinário. Esse ser realizado ordena-se com outros numa ordem que, como totalidade, subordina-os pela adequação dos opostos analogados, os quais atuam em obediência a moral do todo, que é o aspecto senário da obra. O ser realizado *seria-se* dentro de uma ordem e, como tal, alcança o setenário, e, da sua interação com os outros, surge uma nova constelação estrutural esquemática, octonária, a qual se integra ao Todo, que é a estruturação de todas as coisas subordinadas a lei do ser, que é o novenário. E esse Todo, que é tudo, unifica-se, afinal, pela analogia, na ordem do *logos* Supremo, que é a lei de todas as coisas e, ao mesmo tempo, princípio e fim de todas elas, o decenário, a década final e sagrada dos pitagóricos. [...]. Toda operação alcança assim ao decenário, porque ela não se exclui da subordinação a essas dez leis, as quais são *logoi* supremos do platonismo iniciático, e, sobretudo, do pitagorismo de terceiro grau. (SANTOS, 2009, p.359)

Em analogia numérica poderíamos dizer que toda operação, que é uma unidade, ou seja, é 1, possui uma dualidade, que é 2, uma tensão em si: é ela uma operação simultaneamente a um operado – que ela opera. A operação e o operado não são em tudo idênticos, logo são opostos. Mas como são harmônicos há unidade (relação) entre eles, que é o 3. No 3 revela-se uma operação de reciprocidade, o 4. E o 4 que possui uma forma, manifesta o 5, devido ao *logos*. E o 5 que subordinado os anteriores, que estavam analogados, manifesta o 6. Em sequência o 7 é manifesto na plena realização na ordem. Nessa realização emerge uma nova configuração estrutural, na qual manifesta-se o 8. E se o 8 é estrutura, uma ordem que o subordine é necessária, que é o 9. E, por fim, tudo se encontra no 10.

Diante de tal passagem é inegável a influência pitagórica. E o pensamento pitagórico encontra-se implícito na forma como as teses são concrecionadas. A primeira tese, por exemplo, comporta uma díade: “Alguma coisa há” e “o nada absoluto não há”. Mas para que haja uma díade é necessária uma unidade, seria ela o ponto arquimédico “alguma coisa há”, mas como o Uno encontra-se no Múltiplo, sem com ele confundir-se, a concreção da primeira tese é inevitável. E, dada a tensão inicial, a concreção segue.

Nisso torna-se claro a estrutura bipolar de unidade e multiplicidade apresentada por Platão: o Uno e a Díade. Eles são os princípios primeiros e supremos descobertos na “segunda navegação”.

Semelhante a Pitágoras, Platão considerava que o Uno era a realidade última da qual tudo dependia e que a Díade indeterminada sofria as determinações do Uno. Não é sem razão que Mário considera Platão um pitagórico.

Um exercício dialético pode trazer alguma luz sobre esse ponto, vejamos. Consideremos os seres da nossa experiência sensitiva que são marcados por sua materialidade. Eles não podem ser constituídos única e exclusivamente de matéria, pois se assim o fosse, não haveria nenhuma distinção entre eles. Consideremos dois objetos: uma maçã e uma cadeira. É óbvio que são coisas materiais e distintas entre si. Mas o que possibilita a distinção entre eles? Se considerarmos que a distinção reside no fato de serem compostos por moléculas, nada esclareceremos, pois os dois objetos possuem composições moleculares. E, indagaríamos sobre a distinção entre as composições moleculares de cada objeto e especularíamos o nível atômico de cada objeto. Ora, a medida que procuramos a distinção no âmbito material, percebemos que nele não podemos encontrá-la. O que torna os seres materiais distintos uns dos outros não é a sua matéria, mas a sua forma. Ou seja, o modo como a matéria está organizada. A distinção dos seres sensíveis reside em algo supramaterial, a forma. A matéria é apenas a potência com aptidão de receber formas.

Todo ser sensível é composto de matéria e forma. Sabemos que esses objetos particulares que mencionamos participam de uma espécie da qual eles são apenas exemplares singulares. E que, para que eles tenham vindo a existir na espécie, segundo a forma que possuem, era necessário que essa possibilidade fosse anterior ao seu surgimento. Ora, se a forma não está necessariamente na matéria, mas a informa, e, ela é condição prévia para a existência de seres sensíveis e ela *em si* mesma não se corrompe quando esses seres se corrompem, a forma participa de uma natureza incorruptível e eterna.

Não existe apenas uma forma, mas várias formas. E elas não se articulam de modo desordenado, mas conforme as suas configurações intrínsecas lhe permitem articular-se. Ou seja, as formas participam de um outro reino formal no qual todas elas só têm razão de ser debaixo dessa ordem. Essa ordem que permite com que as formas sejam o que são é a Unidade. E do reino da Unidade, a predicação de toda e qualquer coisa é falível, pois não é objeto de discussão, mas de contemplação. Por isso Platão no *Parmênides* diz “se Uno Uno” (137c 4-5 e ss, 142c 2). Predicar algo do Uno implicaria dizer que nele não há unidade. E se uma frase é permitida sobre ele é esta: O Uno É.

Com este exercício dialético fica clara a ascensão platônica dos seres sensíveis e particulares em direção àquilo que não pode ser de outra forma. Essa navegação platônica é uma ascensão, mas também é uma imersão. Ascensão, pois, a inteligência realiza um trabalho de “escalar” os degraus da realidade em busca do que há de mais elevado. Mas também é uma imersão porque parte daquilo que está a nossa superfície e desce até o seio do solo que nutre as raízes dos seres que captamos pelos sentidos.

Essa dialética de ascensão e imersão é uma das características marcantes do filosofar concreto. E aqui temos a oportunidade de explicar o significado de *filosofia concreta* e adentrarmos na questão de sua justificativa como modo seguro de filosofar:

Entende-se comumente por concreta a representação que corresponde a algum ser real, captado pela intuição sensível. Mas o termo não pode ser empregado apenas nesse sentido tão comum. Etimologicamente, *concretum*, de *crescior*, como o aumento *cum*, que lhe dá o significado simples do que cresce junto, significa o que cresce com outros. Quando se toma algo da realidade, pela representação, separado pela mente, quando na realidade se dá com outros, diz que se abstrai, de *abstrahere*, de trazer para o lado. Quando algo é considerado dentro de sua realidade, com as coordenadas que tem, algo é tomado concretamente. Para Tomás de Aquino, concreto é “o que é reunido, unido sob um mesmo princípio ou sob um mesmo ato”. A Filosofia, se pairar apenas dentro do campo dos esquemas noético-abstratos do homem, sem reuni-los aos que com eles se concrecionam, torna-se abstracta, e periga cair na forma viciosa do abstratismo. A filosofia concreta é para nós, a Filosofia dialeticamente construída, sem esquecer o que une, o que está incluso, o que exige para ser, o que implica, o que, enfim, se correlaciona, se entrosa e se análoga. (SANTOS. 2009, pp.597-598)

Segundo a citação acima e o que foi exposto anteriormente fica claro que a filosofia concreta é o modo de filosofar de toda e qualquer filosofia legítima. Mas não só isso. O seu *crescimento* não é identificado com as descobertas filosóficas de Mário, mas com as descobertas filosóficas de todo e qualquer filósofo, santo, poeta, etc. A essas descobertas dá-se o nome de *positividades*. E o filosofar concreto consiste na harmonização dessas positividades e contemplação delas numa unidade.

Por este motivo ela não deve se pautar apenas em abstrações do que pode ser captado pelos sentidos, mas abarcá-las e transcendê-las. As abstrações dão-nos apenas aspectos parciais de um ser concreto. É preciso que por meio da inteligência, da razão, da memória, da imaginação, dos sentidos... o homem capte tudo quanto for possível captar conforme o seu próprio modo de ser e conforme o modo de ser do que é captado.

Por isso a dialética é algo tão importante para o filosofar concreto, pois se este fosse deixado apenas sob a influência lógico-analítica, o abstratismo predominaria, dada a natureza da lógica trabalhar com o que é universal e abstrato, enquanto a dialética abarca o domínio lógico e impulsiona-se as singularidades. E, nesse impulsionar-se as singularidades, não esquece dos nexos de necessidades hipotéticos e necessários que existem entre os universais e os singulares. Como foi dito, “o que exige para ser, o que implica, o que se correlaciona, o que se entrosa e se análoga”.

## 2.2. Uma dinâmica implícita no filosofar concreto

Tendo passado pela origem do filosofar concreto num breve diálogo com Tales, Pitágoras e Platão e pela via dialética, a qual nos possibilitou um momento de explicação sobre ao que nos referimos como *concreto*, desejo neste subtópico, mostrar um *modus operandi* implícito nesse filosofar.

O filosofar concreto possui uma dinâmica implícita que Olavo de Carvalho em *A filosofia e o seu inverso* esclarece ao discorrer sobre a técnica filosófica utilizada ao longo dos séculos, embora não aplique a esse ponto específico da filosofia de Mário Ferreira dos Santos – no texto que mencionaremos –, mas que não é forçosa a sua aplicação. Vejamos:

Se você examinar direitinho o que os filósofos têm feito ao longo dos séculos, verá que a técnica filosófica se compõe da integração das seguintes atividades: 1. *A anamnese* pela qual o filósofo rastreia a origem das suas crenças e assume a responsabilidade por elas. 2. *A meditação* pela qual ele busca transcender o círculo das suas ideias e permitir que a própria realidade lhe fale, numa experiência cognitiva originária. 3. *O exame dialético* pelo qual ele integra a sua experiência cognitiva na tradição filosófica, e esta naquela. 4. *A pesquisa histórico-filológica* pela qual ele se apossa da tradição. 5. *A hermenêutica* pela qual ele torna transparente para o exame dialético as sentenças dos filósofos do passado e todos os demais elementos da herança cultural que sejam necessários para a sua atividade filosófica. 6. *O exame de consciência* pelo qual ele integra na sua personalidade total as aquisições da sua investigação filosófica. 7. *A técnica expressiva* pela qual ele torna a sua experiência cognitiva reprodutível por outras pessoas. (CARVALHO, 2012, p.133).

A *anamnese*, entendida como a consciência das ideias ou crenças, podemos detectá-la no filosofar concreto mediante o fato da intuição que originou a obra *Filosofia Concreta* (fato relatado na biografia) e mediante o ponto arquimédico. Mário sempre teve consciência que a partir daquela “iluminação” as portas do filosofar concreto lhe foram abertas. Com isso não digo que ele não buscasse algo semelhante antes que isso acontecesse, mas que só a partir desse momento em específico se estabelece um marco definitivo na sua empreitada filosófica. Mário também era consciente de que o ponto arquimédico “alguma coisa há” era o ponto de partida

para tecer as demais teses e comentários – a obra *Filosofia Concreta* é evidência disto que falo. Há outros elementos que provam que a *anamnese* estava presente no filósofo, mas os que foram citados nos parecem, por hora, suficientes.

A *meditação* é perceptível mediante a dialética empregada pelo filósofo. Conforme o que até aqui foi trabalhado está claro que o empenho dialético era *meditação* tal como definida acima. Através desse empenho o filósofo conseguia posicionar-se existencialmente para captar – segundo o seu modo de ser – a realidade.

Dessa forma a *meditação* do filósofo também era *exame dialético*, pois como já foi trabalhado até aqui, ele buscava concrecionar todas as *positividades* conquistadas, incluindo as *positividades* conquistadas por ele mesmo.

A *pesquisa histórico-filológica* e a *hermenêutica* também eram dominadas por Mário. Ele era um sujeito de uma cultura vastíssima, sobretudo filosófica. Suas inúmeras e conceituadas traduções são provas incontestáveis disso. Suas interpretações sobre esse apanhado cultural eram claras e vívidas para ele mesmo, de modo que conseguia relacionar todo o repertório histórico e filosófico que possuía com interpretações extremamente originais. Os comentários as obras que ele traduziu atestam tal proeminência e, para ilustrar, mencionando apenas de passagem, as suas especulações em torno do que seriam as doutrinas não-escritas de Platão, harmonizam-se com as descobertas de Giovanni Reale sobre o assunto.

Alguém que tenha dominado todas essas técnicas até agora comentadas poderia ver-se confuso e sobrecarregado sem saber distinguir a sua voz pessoal e individual das inúmeras vozes presentes na cultura adquirida, mas não foi o caso do filósofo que tinha o domínio do *exame de consciência*. Prova disso é a sua clareza ao distinguir o filosofar concreto de outras filosofias que ele perpassa sem com elas confundir-se e se reconhecer como filósofo. Percebendo assim a agregação cultural milenar a sua personalidade.

E, por último, Mário também possuía o domínio da *técnica expressiva*. Alguém pode levantar a objeção do estado em que ele deixou as suas obras, argumentando que ele não tinha o domínio da técnica expressiva. Mas veja, o fato dele não ter sido o melhor editor e escritor possível não depõe contra seu domínio da técnica expressiva. O ponto crucial dessa técnica é: o filósofo em questão era capaz de comunicar-se de maneira essencialmente clara e inteligível mediante a clareza e a inteligibilidade do que ele intencionava comunicar? Sim, ele era plenamente capaz disso. Em discursos orais de improviso suas frases saíam como se já tivessem sido escritas, decoradas e meditadas. Os seus escritos – que embora com erros e imprecisões, alguns devido serem datilografados, não comprometem o domínio da técnica expressiva – também evidenciam isso.

Em suma, o que até aqui foi argumentado mediante ao esclarecimento de Olavo de Carvalho sobre a técnica filosófica que está presente em todos os filósofos ao longo dos séculos é que o filosofar concreto, na pessoa do Mário Ferreira dos Santos, cumpriu todos os requisitos necessários exigidos.

Portanto, diante do que até aqui foi exposto temos boas razões, exemplos e testemunhos, de que se o modo concreto de filosofar não é o mais seguro, ao menos está entre eles. Isso fica claro devido o caminho que percorremos desde a natureza desse filosofar que, busca primeiramente os nexos de necessidade necessários para fundamentar-se numa certeza apodítica, não na doxa ou opiniões falazes, passando pela origem dele, depois pelo racionar dialético e a conquistas das positivities, e, por último pela dinâmica implícita do filosofar concreto com o suporte do esclarecimento de Olavo de Carvalho sobre a técnica filosófica.

É nesse domínio que Mário Ferreira dos Santos se encontra. É nessa cidadela que os filósofos por excelência se encontram e fazem morada.

### 3. TÉCNICA FILOSÓFICA E A CONQUISTA DO PONTO ARQUIMÉDICO

O filosofar concreto na busca dos nexos de necessidade vale-se, não tão somente, da conquista das positivities alcançadas pelo espírito humano, que abordamos brevemente no capítulo anterior, e expressas em diversos ciclos culturais, mas também se utiliza dos métodos que levaram a essas conquistas.

A metodologia desta filosofia não consiste num método específico, mas em vários, encontrando sua perfeita harmonização debaixo das leis pitagóricas que possibilitam a concreção.

Mário citou os métodos dos quais utilizou-se – principalmente na obra *Filosofia Concreta* – para compor sua técnica filosófica. São eles:

[...] a via formal, que nos oferece a lógica aristotélico-dedutivo e dedutivo-indutivo, a demonstração *a more geométrico*, a demonstração *reductio ad absurdum*, a demonstração *a converso*, a demonstração pela dialética idealista, pela dialética socrático-platônica, que emprega com eficiência a analogia, na cata [busca] dos *logoi* analogantes, pela dialética pitagórica, pelo método do pensamento circular de Raimundo Lúlio e, finalmente, pelo emprego da nossa dialética ontológica, que inclui a metodologia da decadialética, da pentadialética e da dialética simbólica. (SANTOS, 2009, p.56).

Todos estes métodos quando tomados isoladamente dos demais não de apresentar deficiências. Isto deve-se as limitações intrínsecas as metodologias e não propriamente a imperfeições das mesmas. Do contrário, quando tomados em conjunto, e devidamente harmonizados, proporcionam uma verdadeira concreção.

Valendo-se de tais métodos é possível uma matematização filosófica. Essa matematização não consiste na medição e nem muito menos na quantificação, mas na consolidação de uma filosofia fundada em bases apodíticas e juízos universalmente válidos. Ou seja, a matematização está subentendida sob a perspectiva pitagórica e não da logística moderna. Tomemos como exemplo a decadialética.

A decialética, sob a luz da Década Sagrada dos pitagóricos, toma uma questão, um problema, um fato, etc. de dez ângulos distintos e relacionados. Seja o que for é possível olhar sob o ângulo da *unidade*. Tudo o que há é necessário que tenha unidade – o contrário seria absurdo. A *unidade* é um transcendental. É impossível, então, que não seja em toda e qualquer coisa (Tese 52 – A unidade é o caráter de ser um. Todo ser é unidade; e, Tese 53 – Toda realidade possui o ser da mesma forma que possui unidade). Mas toda e qualquer coisa carrega em si uma tensão interna que manifesta uma *oposição*. Para que uma tensão ocorra internamente em algo é necessário que haja uma *relação*, pois do contrário não haveria a tensão dos distintos em algo dentro de uma unidade. Ora, isto configura uma *proporção* das relações internas de algo que encontra sua síntese concreta na sua *forma* – fechando assim o que ela é. Mas o que ela é não subsiste independentemente, antes encontra-se em *harmonia* com o que a contém. Embora entre ela e o que a circunda estabeleça-se uma *crise* que, não as separa, mas estabeleça-se a distinção, possibilitando uma *superação* ou *assunção* ao participar de uma unidade que está além de sua *forma*. Mas para que haja *superação ou assunção* faz-se necessário um todo cósmico que integre numa *unidade superior* todos outros aspectos e suas conexões, e que só se encontra devidamente completa na *unidade transcendente*.<sup>14</sup>

Há uma outra possibilidade de aplicação da decialética e ela pode ser realizada em dez campos. São eles: 1. Sujeito x Objeto; 2. Atualidade x Virtualidade; 3. Possibilidades reais x Possibilidades não-reais; 4. Intensidade x Extensidade; 5. Atualizações (e virtualizações) da intensidade x Atualizações (e virtualizações) da extensidade; 6. Razão x Intuição (oposições no sujeito); 7. Conhecimento x Desconhecimento (oposição na razão); 8. Atualizações e virtualizações da intuição x Atualizações e virtualizações da razão; 9. Conhecimento x Desconhecimento (oposições na intuição); 10. Variante x Invariante.<sup>15 16</sup>

---

<sup>14</sup> Cf. SANTOS, 2001, p.22.

<sup>15</sup> Cf. Ibid. p.23

<sup>16</sup> “1. *Campo sujeito-objeto*. Todo e qualquer ser, seja físico, espiritual, existente, inexistente, hipotético, individual, universal, etc. é simultaneamente objeto e sujeito, o que é o mesmo que dizer – em termos que não são

Após a conquista das positivities obtidas pela inspeção minuciosa sob a perspectiva de dez “ângulos” e dez “campos”, a decadalética vale-se do auxílio da pentadialética que, consiste essencialmente no enfoque de algo como: *unidade* em si; *todo* do qual é elemento; *série* a que pertence como etapa; *sistema* em que se integra funcional e tencionalmente; *universo*, considerado de maneira esquemática e abstrata.<sup>17</sup> <sup>18</sup> Assim, a pentadialética juntamente a decadalética configuram a metodologia da *dialética concreta*.

---

os usados pelo autor – receptor e emissor de informações. Se tomarmos o objeto mais alto e universal – Deus –, Ele é evidentemente sujeito, e só sujeito, ontologicamente: gerando todos os processos, não é objeto de nenhum. No entanto, para nós, é objeto dos nossos pensamentos. Deus, que ontologicamente é puro sujeito, pode ser objeto do ponto de vista cognitivo. No outro extremo, um objeto inerte, como uma pedra, parece ser puro objeto, sem nada de sujeito. No entanto, é óbvio que ela está em algum lugar e emite aos objetos circundantes alguma informação sobre a sua presença, por exemplo, o peso com que ela repousa sobre outra pedra. Com uma imensa gradação de diferenciações, cada ente pode ser precisamente descrito nas suas respectivas funções de sujeito e objeto. Conhecer um ente é, em primeiro lugar, saber a diferenciação e a articulação dessas funções. [...] 2. *Campo da atualidade e virtualidade*. Dado um ente qualquer, pode-se distinguir entre o que ele é efetivamente num certo momento e aquilo em que ele pode (ou não) se transformar no instante seguinte. Alguns entes abstratos, como por exemplo a liberdade ou a justiça, podem se transformar nos seus contrários. Mas um gato não pode se transformar num antigato. 3. *Distinção entre as virtualidades (possibilidades reais) e as possibilidades não-reais*, ou meramente hipotéticas. Toda possibilidade, uma vez logicamente enunciada, pode ser concebida como real ou irreal. Só podemos obter essa gradação pelo conhecimento dialético que temos das potências do objeto. 4. Intensidade e extensidade. Mário toma esses termos emprestados do físico alemão Wilhelm Ostwald (1853-1932), separando aquilo que só pode variar em diferença de estados, como por exemplo o sentimento de temor ou a plenitude de significados de uma palavra, e aquilo que se pode medir por meio de unidades homogêneas, como por exemplo linhas e volumes. 5. *Intensidade e extensidade nas atualizações*. Quando os entes passam por mudanças, elas podem ser tanto de natureza intensiva quanto extensiva. A descrição precisa das mudanças exige a articulação dos dois pontos de vista. 6. *Campo das oposições no sujeito: razão e intuição*. O estudo de qualquer ente sob os cinco primeiros aspectos não pode ser feito só com base no que se sabe deles, mas tem de levar em conta a modalidade do seu conhecimento, especialmente a distinção entre os elementos racionais e intuitivos que entram em jogo. 7. *Campo das oposições da razão: conhecimento e desconhecimento*. Se a razão fornece o conhecimento do geral e a intuição o do particular, em ambos os casos há uma seleção: conhecer é também desconhecer. Todos os dualismos da razão – concreto-abstrato, objetividade-subjetividade, finito-infinito, etc. – procedem da articulação entre conhecer e desconhecer. Não se conhece um objeto enquanto não se sabe o que tem de ser desconhecido para que ele se torne conhecido. 8. *Campo das atualizações e virtualizações racionais*. A razão opera sobre o trabalho da intuição, atualizando ou virtualizando, isto é, trazendo para o primeiro plano ou relegando para um plano de fundo os vários aspectos do objeto percebido. Toda análise crítica de conceitos abstratos supõe uma clara consciência do que aí foi atualizado e virtualizado. 9. *Campo das oposições da intuição*. A mesma separação do atual e do virtual já acontece no nível da intuição, que é espontaneamente seletiva. Se, por exemplo, olhamos esta revista como uma singularidade, fazemos abstração dos demais exemplares da mesma tiragem. Tal como a razão, a intuição conhece e desconhece. 10. *Campo do variante e do invariante*. Não há fato absolutamente novo nem absolutamente idêntico a seus antecessores. Distinguir os vários graus de novidade e repetição é o décimo e último procedimento da decadalética.” (CARVALHO, 2012, p.156-158)

<sup>17</sup> Cf. SANTOS, 2001, p.23.

<sup>18</sup> Mário utiliza-se do exemplo de uma célula nervosa para aclarar esse ponto. “[...] uma célula nervosa pode ser considerada em sua unidade, como totalidade na fibra à qual pertence, como série na inervação da qual sua fibra faz parte, como sistema no sistema nervoso que a inclui, e como universo no ser vivo no qual o sistema nervoso é um componente fundamental. Assim um indivíduo humano deve ser considerado como unidade individual, como totalidade no grupo social, como série na classe, como sistema no país do qual faz parte, como universalidade na humanidade ou no ciclo cultural ao qual pertence.” Verbetes “PENTADIALÉTICA” do *Dicionário de filosofia e ciências culturais* em versão digitalizado. Tal trecho também pode ser encontrado no verbete “PENTADIALÉTICA” do *Dicionário de filosofia e ciências culturais* publicado em quatro volumes pela editora Matese em 1964.

Este método possibilita a conquista dos *arithmois* (números) de estrutura ontológica presentes na Filosofia Concreta. Eles garantem a verdadeira matematização e fundamentação filosófica em juízos apodícticos. São eles:

Anterioridade e posterioridade, dependência e independência, sucessivo e simultâneo, ontológico e ôntico, abaliedade, subalternidade, finitivo, materializado (*materiatum*), efetível, ativo, agível, operação, operador e operado, unidade, multiplicidade, necessidade, contigência, etc. desde que seus conteúdos esquemáticos sejam rigorosamente definidos no campo ontológico e no ôntico (SANTOS, 2009, p.58)

Com estes conceitos-ideias é possível um filosofar com o máximo rigor ontológico. A via lógica não poderia fornecer tal rigor podendo incorrer em abstracionismo. Apenas a via ontológica garante segurança e certeza, não se fundando na *doxa* ou juízos assertóricos.

Para que a segurança e a certeza sejam garantidas elas não podem ficar à mercê de demonstrações. Demonstrações são como que explicações, precisam recorrer algo para além de si mesma, para mostrar o que lhes convém. Demonstrações utilizam-se de termo médio. Ora, isto suscita um problema: as demonstrações sempre estariam a exigir outras demonstrações. E, conseqüentemente, não demonstrariam algo a ponto de suscitar segurança e certeza.

A via da demonstração não possui defeitos, ela só não é capaz de fornecer algo que se encontra para além de seu limite intrínseco. Mas ela desvela uma outra via: “mostração”. Vejamos... sempre que uma demonstração é realizada, ela parte de determinadas premissas que foram tomadas como certas e evidentes (ou no mínimo razoáveis). Ora, para que ela proceda como tal é necessária a aceitação de verdades que lhe sejam anteriores, pois do contrário ela (demonstração) seria impossível. Mas essas verdades que precedem a demonstração não são elas mesmas passíveis de demonstração. Ora, desse modo, é necessário que haja uma outra via que garanta a segurança e a certeza que não seja a dada demonstração. E, essa via, deve consistir em *mostrar* e não apenas demonstrar.

*Mostrar* não necessita de termo médio, antes consiste na apresentação daquilo que é por si mesmo evidente (auto evidência). A auto evidência embora seja uma evidência que não pode ser impugnada para um sujeito, não encontra no mesmo, o seu fundamento. Aquilo que é auto evidente é o próprio fundamento sem o qual as coisas que dele dependem poderiam ocorrer. Um exemplo claro disso são os três princípios da lógica formal: identidade, não contradição e terceiro excluído. Vejamos... negar que algo não é o que ele é quando ele é o que ele é, é incorrer num erro, pois quem negou já aceitou [a identidade] previamente – quer goste ou não – que algo é o que ele é. Ora, se algo é o que é quando é o que é, logo ele não pode ser o que ele não é (não contradição). Sendo assim há uma impossibilidade de ele ser algo para além do que ele é e do que ele não é (terceiro excluído). Tais princípios não são alcançados por via demonstrativa, antes eles são as condições de possibilidade sem a qual nenhuma demonstração verdadeira pode ser realizada. Eles se *mostram* como de *per si*. Negá-los é afirmá-los.

### 3.1. A tentativa cartesiana

Uma das filosofias que buscaram essa conquista de uma certeza indubitável que fosse impossível de ser impugnada foi a filosofia cartesiana. Ela tinha por método a dúvida, verdade fundamental a *sum cogitans* e, como critério, a percepção clara e distinta.<sup>19</sup> Percebemos que, segundo esses cânones, não há espaço para verdadeira objetividade. A objetividade será dada a partir da constatação da subjetividade. E é assim mesmo que ele procede nas *Meditações*: duvida metodologicamente da realidade da experiência sensível, duvida metodologicamente da realidade das certezas matemáticas levantando até mesmo a hipótese do deus enganador, mas não pode duvidar metodologicamente que duvida. E se duvida, pensa. E se pensa, existe<sup>20</sup>. Posteriormente, admite que possuímos a ideia de um ser perfeito. Considera que se há perfeição

---

<sup>19</sup> Cf. SANTOS, 2009, p.63

<sup>20</sup> Entenda-se aqui que o ato de pensar não como a razão da existência, mas uma atestação da existência. Pois o pensamento não seria possível se não houvesse o que o pensasse.

na ideia, ainda mais haverá no correspondente da ideia. Sendo o correspondente da ideia um ser perfeitíssimo, não se empenha no engano e é ele mesmo a justificativa da possibilidade real do conhecimento objetivo pela experiência sensorial.

O trânsito da subjetividade a objetividade se dará pela via da ideia de um ser perfeito e o correspondente dessa ideia: o próprio ser perfeito. Nesse ponto, a dúvida metódica não é mais utilizada, pois ela poderia ser aplicada no mínimo de duas formas: “posso estar enganado sobre a ideia do ser perfeito?” e “sou *eu* mesmo que tenho a ideia de ser perfeito?”<sup>21</sup>. Sobre a primeira: não há problema na afirmação de que há um ser perfeito – como será demonstrada –, o problema surge quando método que fora adotado passa a ser utilizado arbitrariamente. Não há demonstrações ou nem ao menos uma tentativa da parte de Descartes acerca da existência dessa ideia. Dela não se duvida, pois é pressuposta. E também sobre a segunda temos uma outra pressuposição que não passa pelo crivo da dúvida: a identidade de Descartes. Ele não duvida em nenhum momento que seja ele mesmo o sujeito de todas essas operações. Bem sabemos que era ele o sujeito de todas essas operações e investigações, mas não pelos cânones dado por ele. O problema aqui – em parte – não são as conclusões a que ele chegou, mas *como* ele chegou. O seu método, levado às últimas consequências – coisa que ele não fez – o arrastaria para além da verdade fundamental *sum cogitans* e, conseqüentemente, levando a incerteza do sujeito da percepção clara e distinta.

O método e o critério mal utilizados levam a verdade fundamental de que o ponto arquimédico, a certeza e a segurança, foram conquistadas. Mas isto consiste num erro. Embora o próprio Descartes pudesse chegar a uma percepção clara e distinta do seu “eu”, o método que ele adotou, não o permitia parar nesse ponto. A dúvida teria que ser recolocada imediatamente a percepção clara e distinta de que o “eu” que pensa é ele mesmo e não um ente ficcional de

---

<sup>21</sup> Não se colocar essas questões mostra o quão confuso estava com o seu próprio método. E antes que se diga que o mesmo não estava confuso basta notar como refere-se a si mesmo quando está a falar sobre suas experiências sensíveis e da sua existência como sujeito pensante. O eu que experimenta é histórico, biográfico. O eu que pensa é abstrato, genérico.

outro “eu”. “Poderíamos pensar que pensamos, poderíamos duvidar até de nós mesmos. O que precisamos é alcançar uma certeza da qual ninguém possa duvidar com seriedade” (SANTOS, 2009, p.63).

### 3.2. A conquista concreta

Vimos que a tentativa cartesiana, é apenas isto: uma tentativa.<sup>22</sup> Pois bem, se a tentativa cartesiana falha, qual é então o verdadeiro ponto arquimédico que não podemos duvidar seriamente?

O ponto arquimédico do filosofar concreto consiste no juízo “alguma coisa há”. Negar tal juízo é incorrer em absurdo. E, não só a negação em juízo seria absurdo, como também a negação ontológica disso seria absurdo – o que será mostrado posteriormente. “Ou *alguma coisa há*, ou, então, *o nada absoluto*” (SANTOS, 2009, p.67).

O nada absoluto é impossível pois o ser já é.

Ainda assim é possível que se levante a tentativa de impugnação desse ponto ao afirmar que tudo consiste numa ficção. Ora, afirmar que tudo é ficção, inclusive o juízo “alguma coisa há” é afirmar que alguma coisa há. Uma outra tentativa de impugnação [nihilista] poderia também ser tentada ao afirmar que o nada absoluto há. Ora, se o nada absoluto há, ele já não é mais um nada *ab-solutum*, antes passou a ser algo, e se é algo, “alguma coisa há”.

Discorrendo sobre o ponto arquimédico da Filosofia Concreta, Mário Ferreira dos Santos diz:

Portanto, a afirmativa de alguma coisa há é mostrada apoditicamente, assim como a impossibilidade do nada absoluto também o é, pois sendo verdade que alguma coisa há, o nada absoluto é impossível de ser porque alguma coisa há. Portanto, está demonstrado de modo apodítico o primeiro postulado da “Filosofia Concreta” (SANTOS, 2009, p.68).

---

<sup>22</sup> Isso pode soar grosseiro e inconveniente por se tratar de uma denúncia direcionada a um grande nome da filosofia, mas nos convém mais a verdade do que o prestígio.

A conquista do ponto arquimédico desse filosofar não consiste em demonstração, mas em *mostrar* aquilo que é de *per si* evidente. E, o meio de apreensão dessa verdade é a intuição apofântica. A intuição apofântica consiste na captação intelectual de aquilo que não pode ser de outro modo, daquilo que o seu contrário implicaria em absurdo. E é por esta via que está assegurada o ponto arquimédico da Filosofia Concreta.

#### 4. DO PONTO ARQUIMÉDICO AO *EXTRA MENTIS* E FILODOXIAS

Conquistado então o ponto arquimédico do filosofar concreto podemos tecer alguns comentários as teses que o sucedem, até um ponto significativo para este capítulo, que é a desmonstração filosófica de que há uma realidade *extra mentis* passível de cognoscibilidade e ela é esse *quid* que declaramos que *há*. E a partir desta primeira etapa estabeleceremos uma ponte para com a próxima que irá expor – com uma certa “pressa” proposital, para a captação da unidade das teses e, por motivos de espaço, – as teses posteriores as que aqui serão trabalhadas, primeiramente com a finalidade de opor o filosofar concreto de maneira positiva ante doutrinas negativistas. Pois bem, partamos para as teses.

##### 4.1. Do ponto arquimédico ao *extra mentis*

Sendo o ponto arquimédico “*alguma coisa há*” é preciso atentar a sua *oposição* “*o nada absoluto não há*”. O nada absoluto é a plena inexistência de toda e qualquer coisa, portanto ele não *há*. E, referimo-nos a “*alguma coisa há*” – nesse momento – como um *quid* que não sabemos muito bem o que é, mas com a única certeza que ele *há*.

Ora, seria possível levantar a pergunta “A contraditória de *alguma coisa há* não seria *alguma coisa não há*? ”. Se tomarmos esses juízos unicamente de forma lógico-analítica diríamos que, talvez sim ou talvez não. Justifico, pois, ao dizer que há alguma coisa e que não há alguma coisa só se contradiriam se essa alguma coisa da primeira fosse o mesmo que a dá segunda. E se consideramos que eles não se referem a mesma coisa, não haveria nenhuma contradição, apenas a atestação de que algo há e que outro algo não há. Mas não é por essa via que estamos trabalhando. Ao dizermos que o contrário de *alguma coisa há* é o *nada absoluto* dizemos ontologicamente e não apenas logicamente. Ora, a presença de uma única coisa sequer, por mais ínfima e irrelevante que seja, impugna a *ausência plena*, pois algo haveria. E, se tudo

inexistisse de tal forma que, nem mesmo a possibilidade da coisa mais ínfima e irrelevante houvesse, impugnaria todo e qualquer *haver*. Nesse sentido, dizemos que há uma contradição em afirmar que *alguma coisa há* simultaneamente ao sustentar o *nada absoluto*. Ela é de natureza ontológica e não lógico-formal.

Dados os esclarecimentos devidos, chegamos a “TESE 1 – Alguma coisa há e o nada absoluto não há”. As razões da mesma já foram dadas, passemos a tese que a sucede.

“TESE 2 – O nada absoluto, por ser impossível, nada pode”. Ora, a saber que não há a possibilidade que o nada absoluto se dê, pois seria alguma coisa, o que é absurdo, é claro que ele nada contém em si, nem mesmo potência. E aqui, nesse momento, entenda-se potência de duas formas: a possibilidade que reside em um ser de atualizar-se e a capacidade de um ente agir sobre outro. Ora, o nada absoluto não tem a possibilidade de atualização pois tê-la seria ser *algo*, mas ele nada é, então nada tem. Ele também não pode agir sobre outro pois para que algo aja sobre outro é necessário que ambos sejam, e como o nada absoluto nada é, ele não pode agir.

Vemos assim que, a segunda tese é uma decorrência necessária da primeira. Ou melhor, ela é uma explicitação de um aspecto da realidade a que se refere a primeira tese: *poder* é poder de algo, não de nada.

Para provarmos que isso é verdade não precisamos recorrer a nada além dessas próprias constatações, pois todo o contrário é absurdo e que se afirmados negam a si mesmo. Noutras palavras, tais coisas são evidentes de *per si*. Assim chegamos a “Tese 3 – Prova-se mostrando e não só demonstrando” e a “Tese 4 – A demonstração exige o termo médio; a monstração, entretanto, não o exige”. Como expliquei o que se *mostra* e o que se *demonstra* no capítulo anterior, não me deterei nesse esclarecimento novamente, chamando apenas a atenção para o fato da quarta tese explicitar algo da terceira: há coisa evidentes de *per si*. Ora, sendo verdadeiras as duas teses anteriores, não é forçoso afirmar a “Tese 5 – Há proposições não

deduzidas, inteligíveis por si de per si evidentes (axiomas) ”. Tais proposições são as proposições que são mostradas. Ou seja, elas não carecem de outras proposições para serem inteligíveis, mas são como que fundamentos para a inteligibilidade das que a sucedem de tal forma que, sem elas, as demais não teriam justificativas, pois elas (axiomas) são a própria justificação.

Assim temos a garantia de que há juízos universalmente válidos. Asserções que independente da multiplicidade das circunstâncias, sempre, sem nenhuma exceção, serão verdadeiras. Sobre eles deve se erigir a Filosofia. O contrário seria absurdo. Pois, como afirmamos, se a Filosofia deve buscar os nexos de necessidade não faria sentido fundar-se em juízos que não contenham nenhuma necessidade. E mais, Filosofia entendida como ação [cognitiva] de um sujeito real e individual perderia todo o seu significado se buscasse fundar-se no que é contingente. “Filosofias” que buscam essa negatividade, esse absurdo, transitam entre ingenuidade boba e estupidez grotesca, sendo em ambos os casos inúteis a vida de qualquer um. Ora... “Tese 6 – Pode construir a filosofia com juízos universalmente válidos”. E, a prova disso já foi dada em todos os juízos universalmente válidos já apresentados até aqui.

Na “Tese 7 – O nada absoluto é a contradição de alguma coisa há”. Tal ponto já foi explicado, mostrando qual o sentido de *contradição* e a razão desta tese.

“Tese 8 – O que há – é; é ser. O que não há é não-ser”. Esse *algo que há* do qual temos falado, é. O seu modo de ser – seguindo a exposição – ainda não sabemos, mas é certo que, por ser, ele é idêntico a si mesmo. Ora, o que é não pode não ser.

Tal tese não é uma brincadeira com as palavras *há* e *ser* carregando no fundo tautologias. Pelo contrário, ao dizer que esse *quid* que *há* é *ser* desvelo a sua identidade. Tão tal que assim o é que o desenrolar das teses mostram que esse *algo que há*, que é *ser*, é idêntico a si mesmo de tal forma que, seu ser, sua unidade, sua existência, são idênticas, sendo assim o Ser Supremo Eterno e Infinito que em hipótese alguma pode não ser.

“Tese 9 – A proposição ‘alguma coisa há’ é notada suficientemente por si mesma”. Já está mais que claro que negar que *alguma coisa há* seja um tremendo absurdo, pois negar seria afirmar algo, sendo assim o conteúdo da negação de que algo há.

Aqui poderia ser levantada a suspeita de que a natureza desse algo que há é pura e essencialmente mental, não tendo nenhum correspondente na realidade. Todas as teses até agora apresentadas mostram cabalmente que a natureza desse *quid* independe de intelecção ou qualquer outro ato mental. Pois ainda que não houvesse nenhum ato mental ou mente, ou nem mesmo alguém, esse *quid* seria, pois, o nada absoluto é impossível. Nesse sentido dizemos... “Tese 10 – Alguma coisa há não é apenas um ente de razão, mas um ente real-real”. Ou seja, esse *quid* não tem razão de ser na mente humana, mas dela independe (*extra mentis*).

#### **4.2. O filosofar concreto diante de pseudofilosofias**

Ao contrário de filosofias agnósticas, relativistas e nihilistas o filosofar concreto é um afanar-se pelo que é real consciente de que ele é real, não fruto de imaginação ou delírio. Apenas dessa forma a Filosofia pode ser *filia*. Filosofias negativistas, como as citadas, não tem *filia* para com a realidade. Pois ao considerar a realidade como incognoscível (agnosticismo), como amá-la se não é possível conhecê-la? Ao considera-la como pura relação sem relacionados ou fruto da pura decisão individual (relativismo) não há amantes – no primeiro caso – e – no segundo – nada se ama além de si mesmo. E ao considerá-la como inexistente (nihilismo) não há amante, não há amado, não há amor... não há filosofia. Noutras palavras, filosofias agnósticas, filosofias relativista e filosofias nihilista são contradições de termos, são impossibilidades existenciais. Diria Platão, filodoxias. Para observarmos isso com mais clareza, retornemos as teses.

É impossível que esse algo que há seja apenas um ente de razão, pois é necessário que exista um ente fora da mente para que possibilite a existência de um ente de razão. Então certamente “Tese 11 – Alguma coisa existe”.

“Tese 12 – O nada absoluto nada pode produzir”. Ora se o nada absoluto nada é e nada pode, é impossível que o mesmo realize uma operação de produção que pressupõe existência e potência; “Tese 13 – Alguma coisa sempre houve, sempre foi, sempre existiu”. É impossível que *alguma coisa* tenha sido precedida pelo *nada absoluto*. O nada absoluto é estéril pois nada produz, por nada ser e por nada poder. Logo, é necessário que algo sempre tenha sido. Se assim o é, esse *algo* ainda há, é e existe. Por isso afirmamos a “Tese 14 – Alguma coisa que sempre houve, que sempre foi, que sempre existiu, ainda há, é, e existe”. Como sabemos que o que *há* da tese 13 é o mesmo que *há* na tese 14? Simples! Algo que sempre houve, sempre foi, sempre existiu, seu ser identifica-se com sua existência possibilitando ainda haver, ainda ser, e ainda existir. Se a essência (aquilo que faz com que algo seja o que ele é) de algo se identifica com sua existência esse *algo* não é passível de ruptura pelo não-ser.<sup>23</sup> Logo, afirmamos a “Tese 15 – O alguma coisa que sempre houve, sempre foi e sempre existiu, não teve princípio. Sempre foi e sempre é”.

“Tese 16 – Entre ser e nada não há meio termo”.<sup>24</sup> Reafirmamos a impossibilidade de interposição do nada no ser. Portanto se é impossível o nada absoluto preceder o ser e interpor-se no ser, é verdadeira a “Tese 17 – O Ser não pode ter surgido subitamente, pois sempre houve alguma coisa”.

O ser tem prioridade, é afirmativo, é positivo. Sendo assim afirmamos a “Tese 18 – O que tem prioridade é alguma coisa” e a “Tese 19 – O que tem prioridade é afirmativo”. Ora, o que tem prioridade antecede algo. O nada, nada precede por nada ser. Se algo precede, é porque

---

<sup>23</sup> Cf. SANTOS, 2009, p.89-91.

<sup>24</sup> Tal tese possibilita o fundamento para os princípios de identidade, de não-contradição e o do terceiro excluído. Cf. SANTOS, 2009, p.93.

é algo e é afirmativo. Algo negativo nega uma positividade. O que é negativo carece do positivo para ser negativo, o contrário não se dá com o positivo. Então se algo precede, afirma. Logo, afirmamos a “Tese 20 – Se o nada absoluto tivesse prioridade não seria nada absoluto, pois seria afirmativo”. Já foi provado que no nada absoluto nada há, nada é, nada existe e conseqüentemente nada precede, nem afirma.

“Tese 21 – A dúvida afirma”. Certamente a dúvida afirma, pois é necessário que haja uma afirmação (seja de qual for a natureza) para que a dúvida seja possível. Ela não é afirmativa em si mesma, mas em ação. Quem duvida, afirma. Ela, em grau absoluto é impossível. Se retirássemos a afirmação e positividade até mesmo daquele que duvida, nada mais haveria, inclusive a dúvida. Para que haja a dúvida é necessário que algo seja. Por isso afirmamos a “Tese 22 – A dúvida absoluta é impossível”.

“Tese 23 – A afirmação tem de preceder necessariamente à negação”. A afirmação precede a negação, pois se não precedesse, não haveria negação – e nada haveria. A afirmação é condição de possibilidade para a negação. Logo, é inevitável a “Tese 24 – A negação afirma a afirmação”. A negação quando nega, afirma algo. Até mesmo em grau absoluto ela afirma algo. Por isso afirmamos a “Tese 25 – A negação absoluta seria, por sua vez, afirmação de algo”. A negação não deixa de ser negação por afirma algo, mas ela só pode ser o que é se afirmar algo. Portanto, é verdadeira a “Tese 26 – A negação é sempre afirmativa, seja de que modo for”.

“Tese 27 – É absolutamente falsa a predicação da ausência total e absoluta”. Predica-se o que há, o que é: a positividade, o que se põe o que se dá, o que se afirma, o que é ser, devir, ficção, etc. A predicação da ausência total e absoluta é impossível. Então... “Tese 28 – É absolutamente verdadeira a predicação de uma presença”. Podem contestar a veracidade dessas teses dizendo que o rigor psicológico prescinde a verdade ontológica. Afirmamos o contrário: “Tese 29 – A verdade ontológica prescinde o rigor psicológico”. Para que uma verdade

psicológica seja de fato verdadeiro ela carece da verdade ontológica. Logo, a tese 29 permanece firme.

“Tese 30 – O Ser, que sempre foi e sempre é, é plenitude absoluta de ser”. É intrínseco ao Ser, ser pleno em ser. O seu contrário é plena ausência de ser. “TESE 31 – O Ser é, pelo menos, de certo modo, absoluto e infinito”. Sendo o Ser, idêntico em essência e existência, não principiado, independente e pleno em ser, admite-se que ele é de alguma maneira absoluto e infinito. *Ab-solutum*, estando como que desligado de outro. In-finito, sem limites. Os não limites do Ser não é uma negatividade do/no Ser, antes é positividade e perfeição.

“Tese 32 – O não-ser relativo é o apontar de uma ausência de perfeições determinadas”. Semelhante a negação, o não-ser relativo aponta uma positividade perfectiva em uma determinada coisa. Ele não é ausência absoluta.

“Tese 33 – A afirmação precede ontologicamente à negação”. A afirmação, em si, não carece de negação para afirmar-se. Diferente da afirmação, é necessário que a negação afirme.

“Tese 34 – O ser tem prioridade a relação”. A relação só é, o que é, graças ao ser. Sem o ser não há relação. O ser é prioritário ontologicamente a relação – que sem o ser, nada é.

“Tese 35 – Não se podem predicar propriedades ao não-ser absoluto”. É impossível, pois no não ser absoluto nada há, nada é, nada pode. Semelhantemente, mas não de modo idêntico: “Tese 36 – O não-ser relativo (nada relativo) não tem propriedades. Ausência de propriedade é, no entanto, relativa e não absoluta”. Não sendo o não-ser relativo, absoluto, afirmamos a “Tese 37 – O nada relativo tem sempre positividade”. O nada relativo é sempre uma privação disso ou daquilo, mas nunca uma ausência absoluta de ser. Se o nada relativo tem positividade ele não nega o ser. Logo, afirmamos a “TESE 38 – Ante o ser, o não-ser relativo não contradiz, porque não nega absolutamente ser ao ser. O não-ser relativo é apenas ausência de uma perfeição, e não a ausência absolutamente total de ser”. Então acentuamos a diferença

com a “Tese 39 – Entre o não-ser relativo e o não-ser absoluto, há a diferença que o primeiro é positivo, enquanto a postulação do segundo nega toda e qualquer positividade”.

“Tese 40 – O ser absoluto é apenas Um e só pode ser Um”. No ser absoluto essência e existência se identificam. Ele é, tudo o que é, no pleno exercício de seu ser. Se admitíssemos que um ser no qual existência e essência se identificam coexistisse com um outro ser que também a sua essência se identifica com a sua existência, não seriam dois seres, mas um só ser. Para que não sejam o mesmo devem diferir em algo. Se um ser que sua essência se identifica com a sua existência não se identifica com um ser que sua essência não se identifica com sua existência, o ser que se identifica plenamente consigo mesmo, confere existência ao segundo ser. Logo, não é possível a existência de dois seres absolutos. Se há dois idênticos, são um. Se não são idênticos, só um é Uno. Por isso afirmamos a “Tese 41 – Se existisse outro ser primordial, ambos seriam deficientes e o ser seria deficiente” e a “Tese 42 – Ao Ser absoluto, por ser infinito, repugna a admissão de outro ser infinito, ou de outro ser qualquer independente dele”.

O ser absoluto é pleno de ser e de nada carece. Ele é Uno. Afirmamos a “Tese 43 – Ao ser absoluto não lhe falta coisa alguma para ser” e a “Tese 44 – O nada absoluto é homogeneamente nada”. A unidade do nada absoluto é vazia, enquanto a do ser absoluto é positiva. “Tese 45 – O Ser é o poder de infinito e absoluto de ser tudo o que pode ser”. Só no Ser há a possibilidade de identificar-se infinitamente com tudo o que ele é. Logo, afirmamos a “Tese 46 – Além da impossibilidade do nada absoluto total, há ainda a impossibilidade de um nada absoluto parcial”. O nada absoluto parcial seria uma ruptura no ser. No ser não há ruptura pois só há positividade. Se o nada absoluto parcial se intercalasse no ser ele já seria algo, conseqüentemente não seria mais nada absoluto parcial. Portanto o nada absoluto parcial assemelha-se ao nada absoluto total e acaba sendo tão impossível quanto ele.

Assim como é impossível que haja ruptura no ser é impossível que o ser situe-se circundado pelo nada. Por isso afirmamos a “Tese 47 – É impossível que o ser esteja isolado pelo nada”. Se o ser fosse isolado pelo nada, o nada seria algo, pois poderíamos situar o ser *no* nada. Se o nada possibilita localização *nele*, ele é algo. Logo, a isolação do ser pelo nada é absurda.

Não tendo misturas o Ser absoluto é Um. “Tese 48 – O Ser absoluto é absolutamente simples”. No ser absoluto não há composicionalidade. Só haveria composição se ele o fosse junto com o nada absoluto, que é negativo. Mas o nada absoluto nada é, por isso seria absurdo. Isso não é um defeito do Ser absoluto, é perfeição. Ele basta a si. Por isso afirmamos a “Tese 49 – O Ser absoluto é suficiente e proficiente”. Portanto: “Tese 50 – O Ser absoluto é primordialmente absoluto. É imprincipiado, ingenerado, e absolutamente primeiro”.

O que até aqui foi mostrado e demonstrado é prova positiva da impossibilidade de doutrinas negativistas. Mário Ferreira dos Santos define agnosticismo, relativismo e nihilismo como sendo doutrinas negativistas. No *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*, sobre o agnosticismo diz: Designa toda doutrina que afirma a impossibilidade peremptória de conhecer a realidade ou certas regiões da realidade, cuja existência, porém é admitida como certa ou como possível. Sobre o relativismo diz: Chama-se toda doutrina que afirma que o conhecimento é relativo. Sobre o nihilismo diz: É a doutrina que admite que o nada, além de ser ou de haver, é capaz de ser pensado.<sup>25</sup>

Como exemplo de doutrina agnóstica podemos tomar aquelas que afirmam que não podemos conhecer as coisas, mas apenas aspectos fenomênicos e que elas, em si mesmas, são inacessíveis cognitivamente. Ora, para dizermos que das coisas apenas conhecemos aspectos fenomênicos delas é necessário o conhecimento delas mesma. Para que eu diga “isto é um

---

<sup>25</sup> Tais definições foram retiradas da versão digital da obra *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais* na qual não consta ano nem paginação. Mas as mesmas podem ser encontradas nos verbetes “AGNOSTICISMO”, “NIHILISMO” e “RELATIVISMO” do *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais* publicado em quatro volumes pela editora Matese em 1964.

fenômeno daquilo” é necessário o conhecimento “daquilo” a que me refiro. Noutras palavras, se admito analogias entre aspectos fenomênicos de algo, manifesto, necessariamente, conhecimento desse algo.

Como exemplo de doutrina relativista temos o pensamento de Protágoras e de George Berkeley. Protágoras por afirmar que o homem é a medida das coisas que são e das que não são e Berkeley por afirmar que as coisas só são o que são quando percebidas por alguém. Ambos caem na antiga confusão entre ser e conhecer. E, não tem consciência de que há uma medida universalmente válida para todas as coisas – sobre o primeiro – e que há uma realidade independente de percepções humanas – sobre o segundo. Como exemplo de nihilismo podemos tomar Górgias que afirmava que o ser não há; e se houvesse, seria incognoscível; e se fosse cognoscível, seria incomunicável. Ora, já está mais que provado que algo há, que é cognoscível e que é comunicável. Considerando o que foi dito a refutação do agnosticismo, do relativismo faz-se, finalmente, em uma tese. Eis ela: “Tese 51 – A negação, considerada em si mesma, seria nada. Consequentemente, toda doutrina negativista é falsa”. O filósofo concreto declara:

A negação é a afirmação da ausência de um modo de ser. Se retirarmos da negação a referência ao modo de ser, que é recusado, a negação se esvazia totalmente, e é nada. Por isso as filosofias negativistas tendem fatalmente a alcançar o nada absoluto, porque se alcançam a alguma coisa não podem negar, terão de afirma-la como incondicionada e absoluta, o que é a refutação do negativismo. Eis porque as filosofias negativistas são absurdas, como o são o agnosticismo, o ceticismo, o nihilismo, o relativismo, etc. (SANTOS, 2009, p.156)

O agnosticismo é refutado pois afirma que é impossível conhecer a realidade (negação) e contraditoriamente acaba afirmando a possibilidade de conhecimento da realidade. O relativismo é refutado pois ao afirmar que o conhecimento sendo relativo, esquece que é precedido pelo ser, e o ser é cognoscível, e negar isso é absurdo, por fim acaba afirmando a possibilidade do conhecimento objetivo. O nihilismo é refutado pois ao afirmar que o nada há e é cognoscível, se o nada não há, não pode ser, nem poder (nem de vir a ser como ser conhecido).

Por boca de Pitágoras, um dos personagens do diálogo presente no livro *Filosofias da afirmação e da negação*, Mário considera as filosofias negativistas semelhantes entre si. Ambas buscam se fundar-se em negações, mas em última instância, negações são afirmativas e positivas. Elas possibilitam-nos atingir verdades absolutas e passíveis de monstração e demonstração.

Tudo isto é testemunho incontestável de que a Filosofia só tem razão de ser se for positiva, não negativista. Testemunho de que há uma realidade escancarada para ser conhecida e amada. Realidade detestada por espíritos voluntariamente débeis e mesquinhos que se recusam a admitir aquilo que há de mais óbvio e natural ao homem: ser e conhecer. Tais pessoas possuem fama de filósofos quando na verdade são apenas impostores que muitas das vezes estão inconscientes da farsa que são e aglomeram ao redor de si estudantes adoradores que os louvam julgando terem encontrado algo útil a suas vidas e no pior dos casos, por terem encontrado algo inútil. Isto que aponto não é uma insatisfação para com as filosofias negativistas e as suas farsas, mas uma realidade incontestável e evidente a todo aquele que sinceramente ama a realidade e a Filosofia. Nisto consiste a sabedoria.

Sobre isto, Mário, em *Pitágoras e o Tema do Número* diz: “O que ama o saber é o filósofo. O saber Supremo, a suprema Instrução, é a *Mathesis*. A filosofia é o afanar-se do homem para alcançá-la. (...) deve ele [*homem*] percorrer (*itere*), esse itinerário deve ele fazer, deve penetrar nesse *initium* (caminho).” (SANTOS, 2000, p.213).

O filósofo é aquele busca o que há de mais elevado e profundo na realidade, buscando captá-la num todo, ou seja, a *Mathesis*. Mas esta não pode ser apreendida plenamente num só ato de intelecção. A *Mathesis* exige uma iniciação a um itinerário. A relação do filósofo para com a *Mathesis* é a mesma testemunhada no *Banquete*. O filósofo na condição de *eros* está sempre inclinado a Sabedoria. Ele não se identifica com ela por não ser divino, mas também não é totalmente estranho a ela por ser homem, contudo, de alguma forma, dela participa, pois

como homem ele possui um uma abertura de acolhimento da Sabedoria, o intelecto, que possibilita a contemplação. Assim ele “é capaz de apreender o ser eternamente imutável” (PLATÃO. *República* VI, 484b). Sendo eles (filósofos) “apaixonados pelo conhecimento capaz de revelar algo daquela essência eterna que não oscila entre o nascimento e a destruição” (*Rep.* VI, 485a – 485b). Filosofia, filosofar e filósofos não existem sem isto. Ora, a *filosofia concreta*, o *filosofar concreto* e o *filósofo concreto* não são outra coisa senão esta verdade que Platão testemunha.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o que até aqui foi desenvolvido consistiu essencialmente em um esboço filosófico do filosofar concreto, o qual nos exigiu que versássemos sobre: a vida e obra de Mário Ferreira dos Santos; a questão sobre o modo mais seguro de filosofar e sobre filosofia como ciência; a origem da busca pelos nexos de necessidade; a sua dinâmica interna; a metodologia decadialética e pentadialética subordinadas a concreção dialética segundo a Década pitagórica; a conquista do ponto arquimédico e sobre o contraste da *filosofia concreta* em face das filodoxias. Todo esse percurso buscou elucidar o que é a *filosofia concreta*.

O brevíssimo esboço biográfico aqui apresentado nos possibilita vislumbrar algumas coisas bastante significativas. Mário, desde criança, estava como que destinado a ser filósofo. Seu pai percebeu sua propensão filosófica e opôs-se a convicções e amigos ao permitir que seu filho fosse educado por jesuítas. E este, futuramente, ao considerar sua vocação cogitou a possibilidade do sacerdócio, mas reconheceu que isso não lhe convinha. Ainda quando jovem obteve influências de Pe. Büncher, seu professor, sobre uma metodologia filosófica segura. Possuía um ímpeto jovial criativo, evidente nas suas realizações, sobretudo como escritor. E quando adulto, teve um *insight* filosófico que deu origem a *filosofia concreta* e a toda a Enciclopédia das Ciências Filosóficas.

O que é mais interessante nisso tudo consiste no paradoxo de sua vida que expressa a evidência de um mistério, qual seja: não foi ele quem encontrou a Filosofia, mas ela que o encontrou. Assim como Sócrates, Platão, Aristóteles, Agostinho, Boécio, Tomás de Aquino, Boaventura, Scot, etc. Parece que a Filosofia é uma *musa* que vai até o homem, o desperta, o atrai e o cativa.

Esses pequenos eventos citados são indicativos de uma vocação na qual passada a vida do filósofo e contemplada como um todo, podemos dizer: Não teria como ser de outro modo. Ele nasceu para isso.

Sobre o modo mais seguro de filosofar e a questão filosofia-ciência iniciamos fazendo algumas distinções terminológicas, presentes na obra *Filosofia Concreta*. Vimos que Filosofia e Ciência em vários aspectos se assemelhavam, mas em outros distinguiam-se: Filosofia versa sobre os nexos de necessidade necessários, enquanto que a Ciência versa sobre os nexos de necessidade hipotéticos. Tendo sido feita a distinção entre eles, vimos que a Ciência se funda na Filosofia e que, de uma certa forma, a Filosofia é uma Ciência por excelência. Para isso fomos até a origem dessa atividade que coincidia com a pessoa e filosofia de Pitágoras.

Mário, foi profundamente influenciado por Pitágoras e como se pode notar no esboço biográfico apresentado, um de seus personagens, Pitágoras de Melo, mais o moldou do que ele o criou.

Após a origem tocamos em alguns pontos da filosofia platônica pressupondo o que Mário afirmava sobre ela: A filosofia platônica era pitagórica. E, em última instância, Mário também era. Vimos também a dinâmica interna do filosofar concreto seguindo a dica de Olavo de Carvalho sobre a técnica filosófica usada durante séculos.

Passamos então uma série de apontamentos metodológicos do filosofar concreto sem nos determos numa explicação exaustiva sobre cada um pois, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, ficou claro a dialética que subordina todos os métodos mencionados, inclusive os dois únicos métodos que aparecem em tese: *mostrar* e *demonstrar*. A partir dos apontamentos metodológicos passamos a uma sucinta análise sobre o ponto arquimédico. Fomos breve pois, como mostramos, ele não é de natureza demonstrativa, mas intuitiva.

Conquistado então o ponto arquimédico, concrecionamos as teses até um chegarmos ao *extra mentis*. Afirmamos que há uma realidade que independe da inteligência humana, mas que é passível de inteligência. E ela é aquele *quid*, aquilo que *há*, aquilo que *é*, tantas vezes mencionados.

Seguimos com as *positividades* alcançadas e continuando a concrecionar as teses até o momento que chegamos a uma refutação *positiva* de doutrinas filosóficas *negativistas* que, intitulamos de *filodoxias* – pressupondo Platão – por se fundarem em juízos meramente assertóricos e opiniões falazes, ou seja, pura *doxa*.

Por fim, de forma sucinta, delineamos o que é um filósofo: um amante *erótico* da Sabedoria. Não podendo ser de outro modo, a saber que o espírito deste trabalho é pitagórico-platônico.

Portanto, em suma, como conclusão geral desta pesquisa: a *filosofia concreta* ou *filosofar concreto*, consiste essencialmente no afanar-se pelos nexos de necessidade, pela realidade que é e não pode ser de outra forma, pelo que é eterno e imutável e até mesmo pelo que há de permanente no transitório. É a conquista e concreção das *positividades* alcançadas pelo homem ao longo dos séculos. E, respondendo à pergunta “é este o modo mais seguro de filosofar? ”, sim, ele é. Pois buscar o contrário do que até aqui foi apresentado é incorrer em absurdo.

Sendo assim, o problema central deste trabalho foi suficientemente respondido e alcançado juntamente com as resoluções das questões que se desdobraram ao longo do desenvolvimento.

Talvez, diante disso, se levante a pergunta “então só o que vale é a filosofia do Mário Ferreira dos Santos?” e a resposta óbvia é: Não! Porque a filosofia aqui apresentada não é propriedade de ninguém em específico, mas de todos. E isto estava implícito quando havíamos dito que ela se identificava com Pitágoras, Sócrates, Platão, Aristóteles, Plotino, Agostinho, Tomás de Aquino, Boaventura, Scot, Leibniz, etc. e tantos outros que fogem até aos nossos conhecimentos. Mário é mais um filho dessa tradição que montando em ombros de gigante pode ver o que seus irmãos tinham feito sem saber o que tinham feito. E que desde já esteja dito que, qualquer acusação contra o que fora aqui apresentado como uma exclusividade da filosofia

de Mário Ferreira dos Santos é um tremendo absurdo e uma leitura que no mínimo torna-se pueril e que, no máximo, perniciososa.

A ênfase foi Mário Ferreira dos Santos, mas com a finalidade de desvelar-nos um horizonte filosófico que possui um grande potencial de produtividade, mas que não é convencional no nosso país, nem no mundo. A filosofia de Mário Ferreira dos Santos coloca o Brasil no cenário filosófico mundial.

É de uma grande vergonha as universidades brasileiras, sobretudo aos cursos de filosofia, o esquecimento deliberado de um filósofo nacional da estatura de Platão e Aristóteles que tem mais reconhecimento internacional que nacional. Sendo que o reconhecimento internacional nem é tão grande.

O estudo da obra deste filósofo pode ajudar a sanar uma série de esquizofrenias que existem no meio acadêmico filosófico, tais como: a confusão e a impotência em definir o que é Filosofia, o que é filosofar, o que é um filósofo, etc. Ora, se os próprios engajados em estudos filosóficos não sabem o que estudam e nem mesmo sabem o que são, não podemos esperar que deles saiam coisas proveitosas, sendo que estão confusos e perdidos dentro de sua própria casa.

Um outro aspecto que seria útil ao meio acadêmico que aqui não foi desenvolvido: o ensino de filosofia. Há muito debate sobre como ensinar filosofia e qual a finalidade desse ensino. Acredito que sanadas as questões essenciais sobre o *quid* da filosofia, do filosofar e do filósofo essa problemática ganha contornos e uma possível resolução. E, esse *filosofar* é capaz de contribuir positivamente para esta tarefa.

Esclarecida a questão do *quid* da filosofia, do filosofar, do filósofo e do ensino de filosofia, com certeza, o diálogo acadêmico seria muito mais produtivo. Os departamentos acadêmicos teriam ainda mais em comum, pois a questão da relação entre Filosofia e as demais ciências seria igualmente mais translúcida.

E por falar em diálogos, os debates filosóficos seriam absurdamente ampliados de forma positiva por serem obrigados a transcender o horizonte da especificidade. Assim, mais vozes se integrariam aos debates contemporâneos, sobretudo a dos antigos, que ainda tem tanto a nos dizer. Isso manteria um contato mais vivo e mais orgânico com a Filosofia, tornando seus adeptos mais sábios, pois é de conhecimento comum que quando alguém se especializa demais em uma área ou tema, comumente acaba negligenciando – e as vezes até desprezando – o que a eles estão relacionados indiretamente. Uma prova de que esse fruto seria certo foi a própria vida do *filósofo concreto*.

Estudos que contrastassem várias correntes filosóficas com a *filosofia concreta* também seriam também de grande valia. O pouco que foi feito nesse sentido aqui neste trabalho não chega nem perto de introduzir o assunto, mas serve de um pequeno pontapé.

Dentro da obra Filosofia Concreta há uma parte destinada a Immanuel Kant. É uma parte riquíssima de várias problemáticas que surgem ao contrastar a *filosofia concreta* com o kantismo.

Nessa mesma obra o *argumento ontológico* ganha novos contornos e possibilita uma discussão dialética no nível ontológico. Assim também como estabelece pontes de diálogos com a Teologia. E nesse diálogo o que ficou conhecido na história da filosofia como *problema do mal* ganharia mais uma nova perspectiva. Sem falar nas possíveis abordagens em torno da problemática da *imortalidade da alma*.

Diálogos com a fenomenologia seriam extremamente proveitosos, principalmente no que diz respeito a captação intuitiva do *eidos*, possibilitando assim também uma abordagem do o platonismo para com o aristotelismo, no que diz respeito a abstração e a captação de *ideias* eternas. Ou, relacionar esses assuntos a polêmica entre agostinianos e tomistas sobre a doutrina da iluminação em face da abstração.

Um diálogo bastante proveitoso poderia surgir num contraste com a filosofia heideggeriana sobre o Ser, sobre os entes e sobre o nada. E principalmente, sobre este último. Mário faz várias distinções sobre o nada que penso que ainda não foram tão exploradas por quem se dedica a sua obra, sobretudo o tema do *Meon*.

No âmbito da criteriologia, teoria do conhecimento e da noologia há a possibilidade de exploração dos esquemas humanos eidético-noéticos. E na Metafísica, dentre inúmeras possibilidades, a teoria das *tensões*.

O pitagorismo-platonismo da *filosofia concreta* poderia estabelecer pontes com a Matemática, tal como compreendida e desenvolvida atualmente sobre as noções em torno dos *números*. Assim também com a filosofia da linguagem, principalmente sobre Frege e sua teoria sobre os números possuírem *referência*.

Pontes com a Física também poderiam ser estabelecidas a partir da *cosmologia* da *filosofia concreta* e das abordagens em torno das definições de forma e matéria e da problemática sobre o fundamento do universo.

São essas algumas sugestões para desenvolvimento de futuras pesquisas sobre o assunto que espero que continuem, mesmo que os frutos ainda sejam pequenos e presentes na vida de alguns indivíduos, mas quem sabe, talvez um dia, possamos colher frutos maiores em escala nacional a partir das sementes que nos foram concedidas por Mário Ferreira dos Santos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSELMO. **Proslógio**. Porto Alegre, RS: Concreta, 2016.
- ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. **História da filosofia: filosofia pagã antiga**. São Paulo: Paulus, 2003.
- CARVALHO, Olavo de. **A filosofia e o seu inverso**. Brasil: Vide Editorial, 2012.
- GALVÃO, Nadieja Santos Nunes; SANTOS, Yolanda Lhullier dos Santos. **Monografia sobre Mário Ferreira dos Santos**. Original datilografado. São Paulo. 2001.
- LADUSÃNS, Stanislavs. **Rumos da Filosofia Atual no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1975.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Comentário aos “Versos Áureos” de Pitágoras**. Original datilografado. São Paulo. 1968.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Deus**. Original datilografado. 1968.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Dialética Concreta**. Original datilografado. São Paulo. 1968.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. São Paulo: Matese, 1964.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia Concreta dos Valores**. São Paulo: Logos, 1960.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia Concreta**. 3 vols. 4ª ed. São Paulo: Logos, 1961.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia Concreta**. São Paulo: É Realizações, 2009.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia da Afirmação e da Negação**. 2ª ed. São Paulo: Logos, 1962.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia da Crise**. São Paulo: Logos, 1959.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia e Cosmovisão**. 2ª ed. São Paulo: Logos, 1955.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Filosofia e Cosmovisão**. São Paulo: É Realizações, 2015.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Lógica e Dialética**. 4ª ed. São Paulo: Logos, 1959.

- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Métodos Lógicos e Dialécticos**. 3 vols. 3ª ed. São Paulo: Logos, 1962.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Noologia Geral**. São Paulo: Logos, 1956.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **O Homem perante o Infinito**. 3ª ed. São Paulo: Logos, 1960.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **O Um e o Múltiplo em Platão**. São Paulo: Logos, 1958.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Ontologia e Cosmologia**. 2ª ed. São Paulo: Logos, 1957.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Pitágoras e o Tema do Número**. São Paulo: IBRASA, 2000.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Psicologia**. 2ª ed. São Paulo: Logos, 1956.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Sabedoria da Unidade**. São Paulo: Matese, 1968.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Sabedoria das Leis Eternas**. São Paulo: É Realizações, 2001.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Sabedoria do Ser e do Nada**. São Paulo: Matese, 1968.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Sabedoria dos Princípios**. São Paulo: Matese, 1967.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Teoria do Conhecimento**. 3ª ed. São Paulo: Logos, 1958.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Teoria Geral das Tensões**. Original datilografado. São Paulo. 1968.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Tratado de Esquematologia**. Original datilografado. São Paulo. 1968.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Tratado de Simbólica**. 2ª ed. São Paulo: Logos, 1959.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. **Tratado de Simbólica**. São Paulo: É Realizações, 2007.
- SERTILLANGES, Antonin-Dalmace. **A vida intelectual**. São Paulo: É realizações, 2010.